

CONSELHO DIRETOR
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO



Ata da 959^a

Sessão de 02/09/2014

1 959ª Sessão do Conselho Universitário. Ata. Aos dois dias do mês de setembro de
2 dois mil e quatorze, às quatorze horas, reúne-se o Conselho Universitário, no
3 Auditório do IPEN – Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares, na Cidade
4 Universitária “Armando de Salles Oliveira”, sob a presidência do Magnífico Reitor,
5 Prof. Dr. Marco Antonio Zago e com o comparecimento dos seguintes Senhores
6 Conselheiros: Vahan Agopyan, Joaquim José Martins Guilhoto, Marcos Nogueira
7 Martins, Alexandre Nolasco de Carvalho, Aluísio Augusto Cotrim Segurado, Amâncio
8 Jorge S. Nunes de Oliveira, Amanda Guerra de Moraes Rego Sousa, Maria Angela
9 Faggin Pereira Leite, Belmiro Mendes Castro Filho, André Carlos Ponce de Leon F.
10 de Carvalho, André Roberto Martin, Antonio Carlos Hernandez, Antonio Carlos
11 Teixeira Álvares, Antonio Marcos de Aguirra Massola, Arlindo Philippi Junior, Diana
12 Gonçalves Vidal, Marcelo Cândido da Silva, Bruno Sperb Rocha, Camila de Moraes,
13 Carlos Alberto Ferreira Martins, Welington Braz Carvalho Delitti, Carlos Eduardo
14 Garisto de Nicola, Carlos Eduardo Negrão, Carlos Gilberto Carlotti Júnior, Clodoaldo
15 Grotta Ragazzo, Daniel Barreto Junior, Dante Pinheiro Martinelli, Diná de Almeida
16 Lopes Monteiro da Cruz, Douglas Emygdio de Faria, Dulce Helena de Brito,
17 Elizabeth Saad Corrêa, Renato Luiz Sobral Anelli, Eliezer Martins Diniz, Enrico Lippi
18 Ortolani, Tirso de Salles Meirelles, Fábio Frezatti, Fernando Brenha Ribeiro, Elucir
19 Gir, Pietro Ciancaglini, Ana Campa, Floriano Peixoto de Azevedo Marques Neto,
20 Frederico Pereira Brandini, Naiara Schranck do Rosário, Gabriela Soldera Ferro,
21 Geraldo Roberto Martins da Costa, Germano Tremiliosi Filho, Gerson Aparecido
22 Yukio Tomanari, Giovanni Guido Cerri, Guilherme Adolfo dos Santos Mendes,
23 Guilherme Luis Desiderio, Hugo Ricardo Zschommler Sandim, Ivano Gebhardt Rolf
24 Gutz, Jackson Cioni Bittencourt, Jefferson Antonio Galves, João Bosco Nunes
25 Romeiro, João Victor Menegatti, Joaquim José de Camargo Engler, José Antonio
26 Visintin, José Arana Varela, José Eduardo Krieger, José Luiz Borges Andreoli, José
27 Renato de Campos Araújo, José Roberto Castilho Piqueira, José Rogério Cruz e
28 Tucci, José Vicente Caixeta Filho, Laerte Sodrê Júnior, Lucas Antonio Moscato, Luiz
29 Ernesto de Almeida Troncon, Luiz Fernando Pegoraro, Luiz Henrique Catalani, Luiz
30 Silveira Menna Barreto, Marcela Silva Carbone, Marcelo de Andrade Roméro,
31 Marcelo Ricardo Fernandes, Marcos Domingos Siqueira Tavares, Carlos José
32 Caetano Bacha, Eduardo Henrique S. Monteiro, Maria Amélia de Campos Oliveira,
33 Maria Aparecida de Andrade M. Machado, Maria Arminda do Nascimento Arruda,
34 Maria Augusta Peduti Dal’Molin Kiss, Neli Aparecida de Mello-Théry, Maria das

35 Graças Bomfim de Carvalho, Maria Vitória Lopes Badra Bentley, Martin Grossmann,
36 Neli Maria Paschoarelli Wada, Fernando de Magalhães Papaterra Limongi, Paulo
37 José do Amaral Sobral, Pedro Bohomoletz de Abreu Dallari, Paula Zugaib Destruti,
38 Richard Charles Garratt, Antonio Aprigio da Silva Curvelo, Rodney Garcia Rocha,
39 Rui Curi, Sérgio França Adorno de Abreu, Sergio Mikio Kobayashi, Silvana Martins
40 Mishima, Rômulo Machado, Simone Rocha de Vasconcellos Hage, Rubens Barbosa
41 de Camargo, Suely Vilela, Terezinha de Jesus Andreoli Pinto, Tito José Bonagamba,
42 Umberto Celli Junior, Paulo Roberto dos Santos, Marilene Proença Rebello de
43 Souza, Patrícia Helen de Carvalho Rondó, Waldyr Antônio Jorge, Miguel Trefaut
44 Urbano Rodrigues. Presente, também, o Prof. Dr. Ignacio Maria Poveda Velasco,
45 Secretário Geral. Justificaram antecipadamente suas ausências, sendo substituídos
46 por seus respectivos suplentes, os Conselheiros: Adalberto Américo Fischmann,
47 Adalberto Fazzio, Ana Lúcia Duarte Lanna, Ana Maria Setubal Pires Vanin, Belmira
48 Amélia de Barros Oliveira Bueno, Bernadette Dora Gombossy de Melo Franco,
49 Carlos Eduardo Falavigna da Rocha, Eduvaldo Paulo Sichieri, Fábio de Salles
50 Meirelles, Fábio Luiz Teixeira Gonçalves, Fátima Aparecida Emm Faleiros Sousa,
51 Fernando Luis Medina Mantelatto, Fernando Salvador Moreno, Gabriel Luis Scheffer
52 Regensteiner, João Guilherme Machado Ribas, Marcos Vinícius Folegatti, Margarida
53 Maria Krohling Kunsch, Maria Cristina Motta de Toledo, Oswaldo Baffa Filho,
54 Raphael Gasparian Chinchilla, Roberto Gomes de Souza Berlinck, Silvio Roberto
55 Farias Vlach, Sonia Maria Vanzella Castellar, Valdecir de Assis Janasi, Vera Silvia
56 Facciolla Paiva e Victor Wünsch Filho. Justificaram, ainda, suas ausências os
57 Conselheiros: Antenor Cerello Júnior, Luiz Gonçalves Neto, Alejandro Szanto de
58 Toledo, Osvaldo Luiz Bezzon, João Atílio Jorge e Valdemar Mallet da Rocha Barros.
59 Havendo número legal de Conselheiros, o Magnífico Reitor passa às suas
60 comunicações. **M. Reitor**: “Está aberta a sessão do Conselho Universitário, uma
61 reunião extraordinária, que como foi dito na última reunião da terça-feira passada,
62 ela foi convocada especificamente para dar continuidade aos tópicos que não foram
63 possíveis abordar na última reunião, para os quais há urgência. Ao cumprimentá-los,
64 novamente peço desculpas por todas as dificuldades que temos para trabalhar fora
65 da sede do Conselho Universitário. Isso significa atrasos, como agora, dificuldades,
66 inclusive para a impressão de material necessário para conduzir a reunião e
67 dificuldades, como foi na reunião passada, para acertamos a infraestrutura final para
68 a votação. Dito isso, quero lembrar, também, que esta reunião não tem Expediente.

69 Na última reunião alertei que seria necessário limitar as intervenções dos
70 conselheiros, uma vez que tínhamos um problema de tempo. É necessário que
71 entendamos que as discussões são importantes, mas elas terão que ser, em um
72 determinado momento, limitadas. Dentro do possível, gostaria que todos se
73 manifestassem, mas isso terá que ser compatibilizado com a realidade do tempo
74 disponível. Nas sessões ordinárias há uma regulamentação do próprio Regimento
75 do Conselho, que limita a intervenção de cada um a cinco minutos e a duração do
76 Expediente em noventa minutos, mas este tem sido amplamente ultrapassado com
77 regularidade. A limitação aos cinco minutos é necessária, porque caso contrário,
78 estendemos a duração da sessão muito além daquilo do que é o razoável. Além do
79 mais, tem ocorrido um hábito, que não é adequado para funcionamento de um
80 colegiado desse tipo, qual seja, de antecipar no Expediente, na palavra aos
81 conselheiros, aquilo que é assunto da pauta do dia. O Expediente é justamente o
82 momento para que os conselheiros se manifestem sobre outras questões, que não
83 são aquelas da pauta, estas terão o seu espaço adequado e apropriado, no
84 momento em que a palavra for aberta para tratar da questão. De maneira que seria
85 muito interessante que, progressivamente, o próprio Conselho fosse se auto
86 regulamentando dentro destas diretrizes que são necessárias para compatibilizar a
87 livre palavra com a realidade de um tempo que é limitado. Como já disse, hoje não
88 teremos Expediente, iniciaremos com alguns avisos do Secretário Geral.” **Secretário**
89 **Geral**: “Apenas alguns avisos para o funcionamento da Sessão, considerando que
90 estamos fora da nossa sede e, portanto, com uma certa situação de precariedade
91 funcional. Então, o primeiro já foi observado, que todos sentem nos lugares
92 marcados, porque isso facilita a questão da identificação e, também, por conta da
93 caixinha de votação que foi distribuída. Quando for o momento da votação para
94 aqueles que nunca participaram, lembrar que quando a votação for aberta, a luz
95 verde que está no canto superior direito tem que estar piscando, isso significa que a
96 sua caixinha está operante. Se alguém tiver alguma dificuldade, por favor, que me
97 comunique, e imediatamente um dos nossos funcionários fará a substituição da
98 caixinha, mas desde que ela efetivamente apresente qualquer problema. Antes de ir
99 embora, por favor, devolvam as caixinhas na saída, onde elas foram distribuídas.” **M.**
100 **Reitor**: “Há um pedido de questão de ordem, mas antes disso quero avisar ao
101 Conselho mais uma vez como já fiz no passado de que a reunião fosse filmada e
102 transmitida ao vivo, no entanto, como estamos fora da nossa sede é impossível

103 fazer a transmissão ao vivo. Ela está sendo filmada, como foi pedido pelo Conselho
104 Universitário de que tudo que se passa aqui fosse registrado, porque é - e deve ser -
105 de domínio público. Aviso para que se alguém tiver alguma restrição se manifeste.”
106 **Cons. Carlos Garisto De Nicola (questão de ordem)** “No último Co houve várias
107 falas que não conseguiram ser feitas, inclusive da representação discente e dos
108 servidores. Acho que apesar do aviso do Reitor, poderíamos retomar essas falas,
109 mesmo que não for possível contemplar a todas, porque não é possível, depois de
110 tantos meses sem Co, que não consigamos fazer as falas dos conselheiros no início
111 da Sessão, como não ocorreu no último Co e houve um comprometimento de que
112 ocorresse neste de hoje. Sugiro que se abra a palavra aos conselheiros antes do
113 ponto de pauta.” **M. Reitor:** “No início da reunião passada chamamos a atenção
114 para o fato de que este ano teremos um recorde de nove ou dez reuniões do
115 Conselho Universitário, portanto, espaço para fala não tem faltado. Nesta reunião,
116 que é extraordinária, não se contempla o Expediente, no entanto, ao terminar a
117 pauta proposta poderemos ouvir a todos os inscritos que queiram se manifestar.
118 Iniciamos, então, com duas questões simples. Uma delas é derivada da última
119 reunião e que ainda precisa ser resolvida, e a outra é a questão do calendário das
120 reuniões extraordinárias para discussão dos temas abordados pela CAECO.
121 Portanto, adianto o **CADERNO II – ESTRUTURA DE PODER E GOVERNANÇA NA**
122 **USP. (Caderno VI da reunião de 26.08.2014)**. Proposta de readequação do
123 Calendário de reuniões extraordinárias do Conselho Universitário para discussão do
124 tema “Estrutura de Poder e Governança na USP”, encaminhada pela CAECO. **Cons.**
125 **Carlos Alberto Ferreira Martins:** “Essa proposta de calendário para a retomada da
126 discussão de 'Estrutura de Poder e Governança' havia sido encaminhada por mim,
127 *'ad referendum'*, da CAECO, na medida que, como todos se lembram, a CAECO não
128 estava completa até a realização da reunião da semana passada. Fizemos uma
129 consulta aos membros da CAECO e é consensual entre eles a solicitação de
130 retirada desse ponto de pauta, entendendo que em uma próxima reunião do
131 Conselho Universitário seja possível apresentar um calendário no qual estejamos
132 todos mais seguros. Solicito, em nome da CAECO, a retirada desse ponto de pauta.”
133 **M. Reitor:** “A pedido do Presidente da CAECO esse ponto está retirado da pauta. A
134 segunda questão, que é derivada da nossa reunião passada, é que naquela reunião
135 fizemos referência à constituição de duas Comissões relacionadas com os nossos
136 Hospitais, uma relacionada com a reforma dos vínculos do HRAC, de Bauru e outra

137 relacionada com o Hospital Universitário. Temos que deixar claro, de saída, que são
138 duas Comissões muito diversas e, portanto, elas devem estar estruturadas para, da
139 melhor maneira, poderem realizar a sua missão. No caso da Comissão do HRAC, a
140 missão é de acompanhar e participar ativamente de todas as negociações
141 relacionadas com a vinculação do Hospital à Secretaria Estadual de Saúde. Trata-
142 se, portanto, de uma Comissão que irá resolver questões executivas, que
143 redundarão em um formato final na criação de um convênio, que será assinado e
144 assim por diante. E essa Comissão, obviamente, deverá informar o Conselho
145 Universitário, sempre que for pertinente, até que o processo se complete. No caso
146 da Comissão do Hospital Universitário, neste momento, trata-se de uma Comissão
147 que não tem essa função de executiva e de acompanhamento de negociações,
148 enfim, de realização dos atos necessários para a vinculação. A missão dessa
149 Comissão do HU é transitória, é temporária. Sua missão é estudar a proposta de
150 vinculação, propor modificações ou estabelecer salva guardas necessárias, em
151 especial no que diz respeito à manutenção da qualidade do ensino, preocupação
152 que motivou a sua retirada de pauta. Deve, pois, essa Comissão, preparar o
153 encaminhamento do assunto para o Conselho Universitário no prazo de trinta dias,
154 como foi dito. Após a aprovação do Conselho Universitário, ocorrendo essa
155 aprovação, da mesma forma que hoje estamos constituindo uma Comissão para
156 acompanhar as negociações e formatação final da vinculação do HRAC, deverá
157 então ser constituída uma Comissão com esta finalidade, muito mais duradoura, até
158 que o processo se complete. Neste caso, trata-se de uma Comissão para ajudar e
159 instruir o processo que vem ao Conselho Universitário. Obviamente, esta Comissão
160 poderá colher subsídios onde achar necessário, onde julgar adequado, inclusive em
161 Comissões das próprias Unidades, como por exemplo, a da Faculdade de Medicina,
162 que instituiu uma Comissão com base na sua Congregação. Em primeiro lugar, a
163 Comissão do HRAC, que é uma Comissão que deve ter uma duração mais longa,
164 executiva, de organização do processo de vinculação, deve ser constituída pela
165 Presidente do Conselho Deliberativo do Hospital, que é a Diretora da Faculdade de
166 Odontologia de Bauru, a Profa. Maria Aparecida de Andrade Moreira Machado; os
167 dois outros membros deste Co, que são membros do Conselho Deliberativo do
168 HRAC e que são Diretores de duas outras Unidades de Ensino da Universidade de
169 São Paulo, o Diretor da Faculdade de Odontologia de São Paulo e o Diretor da
170 Faculdade de Odontologia de Ribeirão Preto; um docente da Faculdade de

171 Odontologia de Bauru escolhido pela sua Congregação; a Superintendente do
172 HRAC; um representante dos estudantes que faz parte do Conselho Deliberativo do
173 HRAC e um representante dos servidores técnicos e administrativos que faça parte
174 do Conselho Deliberativo do HRAC. De tal maneira, que temos nesta representação
175 pessoas que têm vinculação maior ou menor com aquele Hospital e, ao mesmo
176 tempo, têm vínculo com este Conselho- representam docentes, servidores técnicos
177 e administrativos e alunos.” **Cons. Marcos Nogueira Martins (questão de ordem):**
178 “Tenho em mãos com a pauta recebida desta reunião, que é composta por três
179 Cadernos e esse assunto que estamos discutindo não está em Caderno nenhum.
180 Isso é uma comunicação?” **M. Reitor:** “É uma comunicação na qual estou pedindo a
181 cooperação do Conselho para formatá-lo da melhor maneira possível. Porém, não é
182 um tópico para deliberação.” **Cons.ª Neli Paschoarelli Wada:** “Estou reivindicando
183 que esta Comissão seja paritária, porque me parece que tem apenas um
184 funcionário, o Conselho Deliberativo do Centrinho tem três representantes dos
185 funcionários. Seria muito importante que essa Comissão fosse paritária e que os
186 representantes dos funcionários fossem eleitos pelos seus pares, como sempre
187 defendemos. Parece-me que na outra reunião o senhor disse que não iria levar em
188 consideração a mesma motivação que retirou a decisão sobre o Hospital
189 Universitário, porque levando em consideração o parecer e o temor dos estudantes,
190 parece-me que o senhor disse que não teria estudantes. Então, pergunto para a
191 Professora se no Conselho Deliberativo tem estudantes.” **Cons.ª Maria Aparecida
192 de Andrade Moreira Machado:** “Sim, da pós-graduação e os três representantes
193 dos servidores que são do Conselho Deliberativo foram eleitos pelos seus pares.” **M.
194 Reitor:** “No caso do Hospital Universitário pedirei ajuda do Conselho para, em parte,
195 nos ajudar a compor essa Comissão. Para mim, o seu perfil novamente está claro,
196 mas seria interessante ouvir este Conselho em alguns aspectos. Entendo que esta
197 Comissão, como já disse, deve preparar o material para vir ao Conselho
198 Universitário, portanto é importante termos, do meu ponto de vista, quatro membros
199 do Conselho Universitário, que reúnam as contribuições que julgarem necessárias e
200 depois tragam a este Conselho. Por isso proponho que dos seis Diretores que fazem
201 parte do Conselho Deliberativo do HU e também deste Conselho Universitário, que
202 dois deles, escolhidos aqui e agora, façam parte dessa Comissão. Os Diretores são:
203 do Instituto de Psicologia; da Faculdade de Saúde Pública; da Faculdade de
204 Medicina; da Escola de Enfermagem; da Faculdade de Odontologia e da Faculdade

205 de Ciências Farmacêuticas. Gostaria de ouvir as opiniões destes seis, para que dois
206 deles compusessem esta Comissão.” **Cons. Waldyr Antônio Jorge**: “Estou
207 tomando a palavra na qualidade de Diretor da Faculdade de Odontologia e membro
208 do Conselho Deliberativo do Hospital Universitário. Posso fazer uma pequena
209 digressão de dois ou três minutos, pois conheço o Hospital Universitário desde a sua
210 fundação. Para dizer a verdade até antes da sua fundação, que foi na gestão do
211 Prof. Waldyr Muniz Oliva e a primeira Diretora a Professora Lourdes de Freitas
212 Carvalho, da Saúde Pública. Lembro bem do Hospital Universitário desde a época
213 em que a rua Lineu Prestes nem tinha esse nome e nem era asfaltada. Fiz parte,
214 praticamente, da estruturação, da montagem do Hospital Universitário. A primeira
215 cirurgia que foi realizada no hospital foi feita pelo Prof. Fábio Schmidt Goffi, que era
216 do Departamento de Cirurgia e Diretor da Faculdade de Medicina. Conhecemos bem
217 o Hospital e quero dizer que neste momento que estamos tendo essas novidades,
218 esses embates, essa necessidade de discussão sobre o Hospital Universitário,
219 acredito que as melhores pessoas, no meu ponto de vista, que podem ser indicadas
220 para compor essa Comissão é o Presidente do Conselho Deliberativo do Hospital,
221 que é o Diretor da Faculdade de Medicina, o Prof. Guido Cerri. Por que razão o Prof.
222 Guido Cerri é um dos nomes que sugiro ao Conselho? O Prof. Cerri já foi Secretário
223 da Saúde, é o Diretor da Faculdade de Medicina e convive dentro do quadrilátero da
224 saúde com, aproximadamente, sete a oito Institutos, nos quais temos o Instituto
225 Central, de Psiquiatria, de Ortopedia e Traumatologia, da Criança, do INCOR,
226 Medicina Tropical e outros, de forma que conhece bem nas entranhas como a
227 sistemática pode se desenvolver dentro de uma Unidade sem prejuízo do ensino,
228 razão pela qual, inclusive, estamos voltando os nossos olhos. É não ter o prejuízo do
229 ensino, automaticamente não ter prejuízo ao usuário. Gostaria que o Conselho
230 considerasse o nome, que seria na minha visão uma pessoa que pode contribuir
231 sobre maneira. Tem um contraponto. Parece-me que o Prof. Cerri, no final de
232 setembro, se afasta, pois terá uma nova eleição na Faculdade. Não vamos falar de
233 candidatos, pois não é o momento, mas acredito que tenha uma continuidade, não
234 um continuísmo na Faculdade, e acredito que se o Prof. Cerri for indicado e se ele
235 tiver que ser substituído, a substituição deveria ser, naturalmente, pelo futuro Diretor
236 da Faculdade de Medicina, que também está dentro da mesma perspectiva de
237 conhecimento do complexo do ensino/hospital. O segundo nome que gostaria,
238 também, que o egrégio colégio tomasse como possibilidade de indicação é a Profa.

239 Diná Monteiro, da Escola de Enfermagem. Indico a Profa. Diná, porque além das
240 suas qualidades pessoais, acho que é importante que o corpo de apoio da
241 enfermagem, que tem uma quantidade e qualidade de excelência no Hospital
242 Universitário, também pode fazer essa representação a despeito de não ter algum
243 representante pontual da Odonto, ou mesmo da Saúde Pública, ou mesmo da
244 Psicologia, ou mesmo da Farmácia, que todos os outros quatro são perfeitamente
245 qualificados para tal. Sugiro esses dois nomes para que o Conselho possa fazer
246 essa indicação." **M. Reitor**: "Entendo então que são duas indicações pelo cargo que
247 ocupam, sem demérito da qualidade das duas pessoas, portanto o Diretor da
248 Faculdade de Medicina e a Diretora da Escola de Enfermagem." **Cons. Marcos**
249 **Noqueira Martins: (questão de ordem)** "Isso é uma comunicação ou estamos
250 deliberando sobre a escolha dos membros de uma Comissão?" **M. Reitor**: "É uma
251 comunicação na qual estou pedindo a cooperação do Conselho para constituir duas
252 Comissões que terão um papel significativo no andamento das questões
253 relacionadas com este próprio Conselho." **Cons. Marcos Noqueira Martins:**
254 **(questão de ordem)** "Posso fazer uma sugestão? Gostaria de indicar o nome do
255 Diretor do Instituto de Psicologia. Seria interessante ter alguém que não seja
256 diretamente da área médica para ter um olhar um pouco externo a essa discussão,
257 acho salutar." **Cons.^a Terezinha de Jesus Andreoli Pinto**: "Endosso totalmente a
258 primeira indicação e também conheço, de longa data, todas as tramitações dentro
259 do Hospital Universitário, por ter participado e por ser membro do mesmo como
260 Diretora da Faculdade de Ciências Farmacêuticas. E o Cons. Giovanni Guido Cerri,
261 assim como a Cons.^a Diná são representantes das duas Unidades que têm maior
262 número de alunos de residência dentro do Hospital Universitário. A Faculdade de
263 Ciências Farmacêuticas fica em terceiro lugar, mas não se trata aqui de um *ranking*
264 e sim de um número realmente muito representativo. E fiz questão de dizer, por ser
265 membro e não estou aqui competindo, pelo contrário, endossando essa proposta
266 apresentada pelo Prof. Waldyr Jorge." **M. Reitor**: "Volto a lembrar que o motivo da
267 retirada da pauta foi dúvida com relação à qualidade do ensino de graduação, se
268 poderia ser afetado ou não. Temos aqui, inegavelmente, uma grande quantidade de
269 alunos da Faculdade de Medicina e da Escola de Enfermagem. Parece-me uma
270 proposta muito adequada feita pelo Prof. Waldyr Jorge, mas diria que seria
271 interessante termos, também, dois membros deste Conselho Universitário, que não
272 obrigatoriamente fossem estranhos a este ambiente, mas dois membros do

273 Conselho Universitário que não são membros do Conselho Deliberativo do HU. E
274 aqui o espectro possível é muito grande e se tiverem sugestões seriam bem vindas."
275 **Cons. Tito José Bonagamba**: "Sugiro o nome do Prof. Carlos Gilberto Carlotti, da
276 Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, para fazer parte dessa Comissão. O Prof.
277 Carlotti foi aluno de graduação, residência médica, mestrado e doutorado da
278 Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto dentro do ambiente do Hospital das
279 Clínicas dessa Faculdade. Já como docente dessa importante Unidade, ocupou
280 várias posições administrativas e acadêmicas de destaque, incluindo a de Diretor
281 Clínico do Hospital das Clínicas, de Presidente da Comissão de Pós-Graduação da
282 Faculdade de Medicina e de substituto do Pró-reitor de Pós-graduação da USP.
283 Atualmente é o Diretor da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto e nessa
284 condição é o Presidente do Conselho Deliberativo dos Hospitais das Clínicas de
285 Ribeirão Preto e membro dos Conselhos Deliberativos dos Hospitais Estaduais de
286 Ribeirão Preto e Américo Brasiliense, além do Centro Estadual de Referência da
287 Mulher de Ribeirão Preto – MATER, e atua na Divisão de Neurocirurgia, do
288 Departamento de Cirurgia e Anatomia. Além dessas atividades clínicas é
289 responsável também pelo Laboratório de Biologia Molecular. Destaco essas
290 atividades, pois são todas realizadas no âmbito do Hospital das Clínicas da
291 Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto. Desse modo, julgo que a presença do
292 Cons. Carlos Carlotti é plenamente apropriada nessa Comissão, podendo contribuir
293 eficientemente, em função da sua grande vivência dentro do Hospital das Clínicas
294 da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto para as questões colocadas dentro do
295 tema - Hospital Universitário e sua vinculação com a Secretaria de Saúde." **Cons.**
296 **Sérgio Franca Adorno de Abreu**: "Em função da complexidade das questões
297 jurídicas que por ventura aparecerão no tratamento dessa questão extremamente
298 importante, entendo que é conveniente que haja um jurista nessa Comissão. Faria a
299 indicação do Cons. Floriano de Azevedo Marques Neto, que é Professor Titular de
300 Direito Administrativo, da Faculdade de Direito da USP e representante da
301 Congregação neste Conselho." **Cons. Umberto Celli Júnior**: "Quero fazer coro com
302 o que acabou de dizer o Cons. Sérgio Adorno, com relação a indicação do Prof.
303 Floriano Azevedo como membro dessa Comissão, até porque se trata de questões
304 de alta complexidade do ponto de vista, sobretudo, do Direito Administrativo. O Prof.
305 Floriano é Professor Titular de Direito Administrativo da Faculdade de Direito do
306 Largo São Francisco, e com toda a tranquilidade posso dizer que é uma das maiores

307 referências atualmente no Direito Administrativo brasileiro, portanto, acho que essa
308 Comissão teria muito a ganhar com a atuação do Prof. Floriano à frente dela junto
309 com os demais colegas.” **Cons. Guilherme Luis Desiderio**: “Sem querer desvirtuar
310 a sua solicitação, no nosso entendimento quanto representantes discentes gostaria
311 de um esclarecimento em relação à composição geral da Comissão. Se ela terá
312 somente seis membros ou além desses, outros; e qual a proporção da distribuição
313 das cadeiras, inclusive considerando, como se daria a representação discente, tendo
314 em vista a preocupação com a qualidade do ensino, a partir da sua proposta.”
315 **Cons.ª Silvana Martins Mishima**: “Gostaria de reiterar a indicação do Prof. Carlotti,
316 lembrando que ele foi Diretor Clínico do Hospital das Clínicas, no sentido de que
317 pode trazer elementos, tanto positivos quanto negativos dessa questão. A segunda
318 questão é qual seria a perspectiva do conjunto de membros externos a esse
319 Conselho, seriam quatro ou seria uma constituição parecida com a do HRAC.” **M.**
320 **Reitor**: “Não. Acho que com isso encerramos a representação nesta Comissão do
321 Conselho Universitário, precisamos dos membros que não são do Conselho
322 Universitário. Claramente entendo que deve participar a Superintendente do HU,
323 deve estar presente um representante dos servidores do HU, a ser escolhido como
324 for adequado entre eles, de acordo com a Superintendência do Hospital. Eles
325 escolham o seu representante. Gostaria que participassem dois estudantes de
326 graduação, a serem escolhidos dentre aquela população maior de estudantes que
327 fazem curso de graduação no HU, ou seja, de preferência um que viesse do grupo
328 de estudantes da Faculdade de Medicina e um que viesse do grupo de estudantes
329 da Escola de Enfermagem. Teríamos, portanto, uma Comissão de oito. Neste caso
330 mais que em qualquer outro, não deve haver qualquer preocupação de cotas de
331 participação. Percebam que a nossa preocupação aqui deve ser de um termo
332 espectro muito amplo daqueles que precisam ser representados em uma condição
333 desse tipo, que trará proposta para votação. Portanto ela não é uma Comissão nem
334 deliberativa, nem executiva, mas de assessoramento. Se todos estiverem de acordo,
335 a Superintendente do HU, um representante dos servidores do Hospital
336 Hniversitário, a ser escolhido entre eles, um representante dos estudantes de
337 graduação da Faculdade de Medicina e um da Escola de Enfermagem.” **Cons.ª**
338 **Terezinha de Jesus Andreoli Pinto**: “Gostaria de, como representante dos
339 servidores do HU, indicar a farmacêutica Eliane Ribeiro, que é Diretora da Farmácia
340 do HU e que tem uma dedicação extrema a este Hospital. Com isso, conseguiríamos

341 ter talvez um partilhamento, também, com outras áreas que lá estarão
342 representadas." **M. Reitor:** "Agradeço Cons.^a Terezinha, certamente deve ser uma
343 pessoa qualificada, mas deixaria esta questão das representações para serem
344 escolhidas pelos pares." **Cons.^a Maria Amélia de Campos Oliveira:** "Trago, a título
345 de sugestão, uma recomendação da Congregação da Escola de Enfermagem, de
346 uma pessoa que tem uma vinculação muito grande com a história do HU. Fica, para
347 apreciação dos senhores, o nome da Prof.^a Paulina Kurcgant, que foi Diretora da
348 Escola. É professora emérita, atualmente é professora sênior na Escola. Ainda na
349 condição de professora sênior, atua com os estudantes de graduação e, neste
350 primeiro semestre, acompanhou estudantes de graduação no HU. A Prof.^a Paulina,
351 assim como o Prof. Waldyr Jorge, participou desde os primórdios, muito antes da
352 existência, já estava fazendo a discussão sobre os rumos do Hospital Universitário."
353 **Cons. Marcelo Ricardo Fernandes:** "Surgiu-me uma dúvida durante a fala do
354 Reitor, quando ele propôs que fossem dois estudantes dos cursos de Medicina e de
355 Enfermagem. Por ser uma Comissão assessora do Co, esses estudantes precisam
356 ser membros do Conselho Universitário? Gostaríamos que não fossem,
357 necessariamente, dos cursos de Medicina e de Enfermagem, mas que fossem
358 estudantes dos cursos de Saúde, que também fazem parte do dia a dia do Hospital
359 Universitário. Inclusive, estamos em contato com estudantes de outras Unidades da
360 área de Saúde, da Saúde Pública, da Enfermagem, da Psicologia, e estamos
361 conversando sobre se há o interesse ou não em indicar os nomes, mas não
362 necessariamente que sejam da Medicina e Enfermagem. Aguardaremos quais serão
363 as melhores opções." **M. Reitor:** "Não deve ser obrigatoriamente do Co, mas
364 insistiria que sim, que fosse da Faculdade de Medicina e da Escola de Enfermagem,
365 porque são os dois cursos que maciçamente participam das atividades do Hospital,
366 os demais têm participação, mas essa participação é muito mais limitada. E quando
367 se trata deste tipo de formatação, devemos ouvi-los prioritariamente e eles,
368 certamente, dentro do espírito democrático que vigora entre os estudantes, saberão
369 ouvir a todos os seus colegas de todos os outros cursos." **Cons.^a Gabriela Soldera**
370 **Ferro:** "Inclusive os estudantes da Nutrição, da Saúde Pública, vieram falar conosco
371 que isso é o comum que acontece, de a Universidade acabar ignorando esses
372 setores como setores da Saúde. Eles estão em greve. Entraram em greve antes da
373 Medicina e o que queremos é que eles tivessem uma representação e que não fique
374 fechado. Por exemplo, será da Saúde Pública, pode ser que seja alguém da

375 Medicina, mas que a área da Saúde Pública toda seja englobada nisso, para que os
376 estudantes decidam entre si qual Faculdade irá cumprir melhor esse papel, porque,
377 na verdade, não é só a Medicina e a Enfermagem. Os estudantes, inclusive,
378 trouxeram essa questão até nós para trazermos ao Co, de que eles são ignorados
379 na Universidade e que querem ter algum tipo de representação, principalmente em
380 relação à questão do HU, porque eles são os que mais fazem estágio no HU e serão
381 muito prejudicados.” **M. Reitor:** "Como foi anunciado, essa reunião é, de certa forma,
382 uma continuação da reunião do Conselho Universitário da semana anterior. Na
383 Ordem do Dia temos dois tópicos que precisarão de manifestação e votação por
384 parte do Conselho. Aprovação ou não da questão do Programa de incentivo a
385 demissão voluntária e a discussão sobre o reajuste salarial. A aprovação dessas
386 medidas, como foi dito, deverão dar ao Reitor o respaldo necessário para conduzir
387 as negociações sobre reajuste salarial, que serão retomadas amanhã, como o
388 CRUESP havia previsto já na sua primeira reunião em maio, que em setembro se
389 retomaria a questão, e amanhã ela será retomada. Ao votar parte dessas medidas
390 na reunião anterior e hoje, o Conselho Universitário torna-se o corresponsável pela
391 solução da crise financeira, que não foi criada por nós - pelo menos nem todos -,
392 mas nos cabe resolver. Convém, mais uma vez, refletir sobre o significado desta
393 iniciativa que reafirma o papel central do Conselho Universitário na condução dos
394 destinos da Universidade de São Paulo. O Reitor e toda a equipe fez o seu papel ao
395 propor medidas, após ter alertado sobre nossas dificuldades financeiras, uma
396 situação de extrema gravidade, reafirmada pela COP na sua apresentação na última
397 reunião. Agora, cabe-nos buscar soluções que, ao mesmo tempo, criem condições
398 para o reestabelecimento do equilíbrio das finanças da Universidade em prazo mais
399 curto possível, mas projetando ao longo do tempo e que permitam, dentro do
400 possível, atender a expectativa de correção salarial. Não sem razão que estas
401 medidas devem ser discutidas conjuntamente, pois somente se nos dispusermos
402 todos a buscar a saída para a crise financeira estaremos fundamentados, do ponto
403 de vista moral e até legal, para atender ainda que em parte, as demandas salariais.
404 Entrego, pois, a questão, a discricção deste Conselho, garantindo que amanhã, nas
405 negociações salariais, serei o porta voz deste Conselho. E para isso, o Conselho
406 Universitário deverá tomar decisões muito claras, para que o Reitor possa
407 representa-lo. Isto posto, passaremos ao Caderno I - Programa de Incentivo a
408 Demissão Voluntária, cuja proposta será apresentada inicialmente pelo Prof. Vahan.”

409 **Cons. Floriano Peixoto de Azevedo Marques Neto (questão de ordem)**: “A minha
410 questão de ordem é muito simples. Permito-me fazer-na na condição de benjamim
411 desse Colegiado, recém chegado, não tendo conhecimento pleno das normas e
412 práticas desse Colegiado, é muito objetiva. Na última sessão, ouvi alguns
413 companheiros se manifestarem no sentido de uma posição que expunham de
414 vinculação da sua manifestação às posições deliberadas e discutidas nas suas
415 Unidades. Diante da fala do M. Reitor agora e, particularmente diante do repto do
416 aviso que foi feito pelo Procurador na última Sessão, diante do fato de que iremos
417 tomar decisões nestes dois pontos de grande responsabilidade, gostaria de indagar
418 ao Senhor Secretário Geral, eventualmente ao Senhor Procurador, porque a partir
419 da última reunião fiz um escrutínio nas normas, e ao que me foi possível perquirir,
420 não encontrei nada sobre se existe alguma norma regimental - no regimento do
421 Conselho, no Estatuto e no Regimento da Universidade - não há, ou mesmo uma
422 prática jurisprudencial reiterada, que vincule os membros do Conselho às suas
423 Unidades, às deliberações das suas congregações ou às reiteraões das suas
424 Unidades. Se houver uma norma que trata de alguma coisa que tem um efeito para
425 responsabilidade que assumimos - e nenhum de nós é membro desse Conselho
426 para não assumir responsabilidades -, nesse contexto, trata-se de um compromisso
427 político, cada um com a sua Unidade, cada um com seus eleitores, com seu
428 mandato mais ou menos imperativo. Parece-me importante que seja esclarecido se
429 existe alguma norma vinculando a representação ao voto imperativo, digo de
430 antemão que eu tenho certo problema, porque não tivemos uma deliberação
431 específica da Congregação da Faculdade de Direito sobre os temas, aqui, embora,
432 na apresentação que o M. Reitor fez lá, tem havido uma sensibilidade sobre as
433 questões que foram trazidas, mas efetivamente sem eximir-me da responsabilidade
434 do que iremos deliberar aqui. No que toca pessoalmente gostaria apenas que me
435 fosse esclarecido se esse voto imperativo é decorrente de alguma norma que nos
436 vincula uma norma normatária ou se trata de um compromisso político que está no
437 discernimento de cada qual no exercício de seu mandato.” **Secretário Geral**: “No
438 Regimento do Conselho Universitário não há nada que vincule o voto do diretor da
439 Unidade ou do representante da Congregação à manifestação de seu colegiado.
440 Como o Professor Floriano muito bem sabe, que é professor titular de Direito
441 Administrativo, temos permeados conceitos de representação, de mandato e até de
442 delegação, que é uma questão que nos levaria longe, mas uma coisa é certa: no

443 Conselho Universitário, cada unidade tem duas representações, a da Congregação
444 e a do diretor. O diretor tem um mandato que é decorrente de uma eleição da sua
445 Unidade e de seu colegiado. O representante da Congregação é eleito pela sua
446 Congregação para representar a Congregação da Unidade no Conselho
447 Universitário. A questão aí é uma questão de representação, pois a pessoa é eleita
448 para desempenhar um papel, depois, sem que haja essa vinculação jurídica
449 necessária, entende-se com a sua comunidade que o originou, por exemplo, um
450 representante de uma congregação que não se importar com os anseios de seu
451 colegiado, evidentemente, no futuro teria alguma dificuldade em se apresentar como
452 representante. Mas especificamente uma vinculação não existe.” **M. Reitor:** “Há uma
453 questão central, que se estende muito além das decisões a serem tomadas hoje e
454 que poderá, a meu ver - que estou na Universidade de São Paulo há mais de 40
455 anos, participando ativamente de colegiados nos mais diferentes níveis e
456 participando em mais de uma rodada de reforma da representação e da estrutura
457 administrativa e da governança da Universidade de São Paulo - esta é uma questão
458 central que se levada aos seus limites poderia destruir a representação em seus
459 diferentes Conselhos. Chamo a atenção para o seguinte fato: não cabe a uma
460 instância inferior, representada pela Congregação - o inferior aqui não é nenhuma
461 ideia de subordinação, é que a Universidade funciona com uma estrutura organizada
462 e hierarquizada e cada uma de suas instâncias tem competência e responsabilidade
463 que não podem ser assumidas por outras - votarem, como matéria de voto, pela
464 deliberação de assuntos que são da competência do Conselho Universitário. É claro
465 que representantes podem e devem ouvir a sua comunidade, é claro que a
466 comunidade que o diretor ouve é mais ampla do que aquela que o representante da
467 Congregação ouve. Agora, vincular uma decisão, cria uma situação que impede que
468 o representante faça sua função de representante, ou seja, no ambiente da instância
469 superior, representada pelo Conselho Universitário, possa avaliar, discutir, analisar e
470 votar de acordo com as circunstâncias daquilo que ele entende ser para o bem
471 maior da Universidade. Eu tenho me preocupado com isso, desde que esses
472 incidentes de congregações, querendo vincular o voto de seus representantes e até
473 mesmo de diretores, começaram a ocorrer. Tenho conversado com cientistas
474 políticos e, recentemente, conversei longamente com a professora Maria Arminda,
475 que antes de ser pró-Reitora é Professora Titular de Sociologia desta Universidade.
476 Ela escreveu um texto para minha orientação que não divulgamos, porque achamos

477 que ainda não era o momento, mas quem sabe ela possa, em poucas palavras,
478 fazer um pequeno resumo da distinção entre representante e delegado.” **Cons^a**
479 **Maria Arminda do Nascimento Arruda**: “De fato, preocupada com as questões
480 referentes a forma de encaminhamento das votações do Conselho Universitário e
481 conversando com o Professor Zago, em uma madrugada solitária em meu escritório
482 resolvi escrever, do ponto de vista da sociologia, qual é a diferença entre
483 representação e delegação. E tomei a liberdade de encaminhar ao Magnífico Reitor.
484 São duas noções que surgiram em momentos diferentes da história, a noção de
485 delegação é mais recente e a de representação é mais antiga. A noção de
486 representação está estruturada no século XVIII e a de delegação é do início do
487 século XX. Esta é uma noção que nasce no âmbito das lutas socialistas e
488 comunistas, ligadas ao movimento das classes trabalhadoras e implica a noção de
489 autogestão e redefinição do papel da autoridade que se subordina a mandatos
490 coletivos, vistos como portadores da soberania. No entanto, a delegação suprime a
491 autonomia de ação do representante, porque o representante não possui o poder
492 nem o direito de delegar e legislar. É claro que ela é uma forma horizontal de
493 representação, porque não pressupõe hierarquia e ultrapassa a ideia de conselhos,
494 que estão baseados em alguma hierarquia, independentemente da fonte dessas
495 hierarquias, não importa qual é a fonte. Ela implica uma certa fragmentação e
496 pulverização, porque o poder delegado se afirma em oposição às instâncias de
497 intermediação, ou seja, é uma relação direta entre o delegado e aqueles organismos
498 que são, na verdade, a fonte da autoridade. É claro que não há aí o pressuposto de
499 que colegiado tem uma função de coordenação. A delegação implica, de alguma
500 maneira, na democracia direta exercida pela coletividade de pares e que são
501 reconhecidos como dotados de igual poder de decisão. Isso significa que o delegado
502 é uma figura sem mandato próprio. A representação não. Na sua expressão mais
503 pura, a representação reconhece o papel ativo do representante, ela baseia-se,
504 então; na capacidade de julgamento do representante e essa capacidade envolve
505 intermediação, ou seja, conselhos que são intermediários entre os organismos que
506 são fontes de representação. Ela pressupõe aceitação de julgamento do
507 representante e da sua possibilidade de escolha da solução mais adequada aos
508 anseios dos representados. A representação envolve forte responsabilidade dos
509 representantes e implica uma certa margem de manobra, que é exatamente o
510 julgamento do representante sobre a melhor maneira de expressar os anseios de

511 uma coletividade; então, ela não é um espelhamento, ela implica um corpo político,
512 um corpo de governança, e não possui o mesmo caráter vinculante da delegação. É
513 claro que a legitimação é decisiva, o representante tem que ser legitimado,
514 evidentemente, isso implica fluxo de informação e comunicação, e a representação
515 não suprime as hierarquias, contrariamente, pressupõe as hierarquias. É claro que
516 escrevi um pequeno texto, muito movida pelos nossos debates aqui, evidentemente.
517 É um texto que está baseado em uma teoria que é da minha área e que é uma teoria
518 sociológica.” **M. Reitor:** “Este tema, obviamente, não se esgota aqui, deverá ser
519 largamente discutido no futuro dentro da Universidade, porque ele, de certa forma,
520 traça o perfil de todos os membros deste Conselho e daqueles que participam de
521 outros colegiados dentro da Universidade. Esse tópico foi despertado por uma
522 questão de ordem do Cons. Floriano, um comentário meu que pedi a
523 complementação da Professora Maria Arminda. Passaremos à discussão e aqueles
524 que quiserem se manifestar sobre isso durante a discussão dos tópicos específicos,
525 poderão fazê-lo, lembrando que aqui se aplica o Regimento do Conselho
526 Universitário.” Ato seguinte, o **M. Reitor** passa ao **CADERNO I - PROGRAMA DE**
527 **INCENTIVO À DEMISSÃO VOLUNTÁRIA. (Caderno III da reunião de 26.08.2014).**
528 Proposta de criação do Programa de Incentivo à Demissão Voluntária (PIDV), bem
529 como autorização para o uso, relativo ao exercício de 2015, de R\$ 400 milhões das
530 reservas da USP, para implantação do referido Programa. Ofício do Coordenador de
531 Administração Geral da USP, Prof. Dr. Rudinei Toneto Júnior, ao Secretário Geral,
532 Prof. Dr. Ignacio Maria Poveda Velasco, encaminhando o Programa de Incentivo à
533 Demissão Voluntária (PIDV) (19.08.14). **Parecer da PG:** não vislumbra óbices
534 jurídicos para a Universidade – no exercício de sua autonomia administrativa e de
535 gestão financeira – em implementar, motivadamente, o Programa de Incentivo à
536 Demissão Voluntária. O Programa deverá prever, como pontos principais: (i) os
537 requisitos e condições para os servidores celetistas aderirem; (ii) quais destes não
538 poderão aderir em hipótese alguma ; (iii) o valor do incentivo financeiro que será
539 pago a título de indenização; e (iv) os prazos e procedimentos administrativos para a
540 adesão, rescisão e pagamento das verbas legais, bem como as acordadas, a título
541 de ressarcimento. O Programa será encerrado caso não seja alcançada a meta de
542 redução de despesas pretendida, medida que não tem implicação de ordem jurídica
543 em desfavor da Universidade. Atendidas todas as condições estatuídas no PIDV, o
544 servidor que a ele aderir receberá, pecuniariamente, os mesmos consectários legais

545 correspondentes ao pedido de demissão, somados à indenização prevista no
546 Programa, razão de sua aderência. Alerta que os efeitos de transação extrajudicial
547 levada a cabo no âmbito do PIDV, ainda que resultem na rescisão do contrato de
548 trabalho, somente abrangem as parcelas e valores constantes do recibo (OJ nº 207
549 da SDI-I do TST). Considera que se faz necessário consignar que o incentivo
550 financeiro previsto no PIDV, dada a sua natureza de indenização (compensação),
551 não se sujeita à incidência de imposto de renda e nem de contribuição previdenciária
552 (19.08.14). **Parecer da COP:** manifesta-se favorável à solicitação da Administração
553 Geral da USP, de criação do Programa de Incentivo à Demissão Voluntária (PIDV),
554 bem como de utilização dos 400 milhões das reservas para sua implantação, desde
555 que sejam alcançados os objetivos de redução da folha de pagamento apresentados
556 no estudo da Administração Geral (21.08.14). **Cons. Vahan Agopyan Vahan:**
557 **(apresentação)** “A pedido do Prof. Zago, vou fazer uma apresentação resumida da
558 proposta do Plano de Incentivo à Demissão Voluntária (PIDV), tentando chamar a
559 atenção para os tópicos que foram mais discutidos ou aqueles que as pessoas
560 trouxeram mais dúvidas. Parabenizo, primeiramente, a equipe da CODAGE, porque
561 o Plano de Demissão Voluntário de uma instituição como a USP não é tão trivial
562 como o de uma empresa. As primeiras propostas que recebemos eram, realmente,
563 inviáveis, porque tinham um certo custo impraticável na Universidade na atual
564 situação ou, sob o aspecto legal, havia muitas dúvidas. Felizmente nossa equipe da
565 CODAGE, liderada por pessoas extremamente competentes, conseguiu criar um
566 modelo e estrutura que vocês perceberam pelo texto que não há estrutura definitiva
567 e final com todos os detalhes, são ideias que serão apresentadas e os conselheiros
568 decidirão se estão de acordo. Não preciso dizer o que já foi dito na reunião passada,
569 mas tem se falado muito da condição de nossa folha de pagamento. De fato, em
570 1990, tivemos um problema sério, mesmo assim, nunca chegamos aos patamares
571 que estamos hoje. Tem que ficar bem claro que a nossa situação atual é algo atípico
572 e nunca estivemos com uma situação tão delicada, da mesma forma, também
573 costuma se falar que a culpa é do aumento dos inativos; não, pois, após 2004,
574 começamos estabilizar os inativos. Passamos a falar um pouco da proposta que a
575 CODAGE preparou. A primeira coisa importante é que um plano de incentivo de
576 demissão voluntária tem que ser um plano de ganha-ganha, tem que ser muito
577 interessante para os funcionários e tem que ser muito interessante para a instituição.
578 Para os funcionários, a ideia de um plano de demissão voluntária vai permitir, por

579 exemplo, que concretizem projetos pessoais, que possam partir para o
580 empreendedorismo e, inclusive, ter o direito a uma aposentadoria mais tranquila ou
581 até proporcionar um reequilíbrio financeiro. Lembro que já temos 1.100 servidores
582 aposentados sem perspectiva de nenhuma remuneração extra, que com 70 anos
583 vão sair da USP. Então, o plano de demissão voluntária tem que ter atrativos
584 importantes para os funcionários, mas também para instituição. Já vi vários colegas
585 dizendo que em um plano de demissão voluntária vamos perder as melhores
586 cabeças e coisas semelhantes; vamos encarar esse plano como uma modernização
587 da própria instituição, como uma oportunidade para a instituição. A Universidade de
588 São Paulo, nas últimas décadas, modernizou seus processos administrativos, às
589 vezes mais aceleradamente, às vezes mais lentamente, mas há outras perspectivas,
590 de forma que, como Universidade, temos condições de ter novos modelos de gestão
591 um pouco mais otimizados e conseguirmos manter padrões de funcionamento muito
592 mais modernos. Não vou repetir o que falamos na semana passada, mas nós,
593 comparados às Universidades Paulistas coirmãs, estamos em condições piores.
594 Também sei que muitos dos senhores e senhoras vão dizer: 'na minha área tem
595 poucos funcionários e funcionárias'. Isso significa a má distribuição que hoje existe
596 na Universidade e esse programa seria uma oportunidade para redefinirmos. O
597 próprio Reitor falou, mais de uma vez, sobre Administração Central que está
598 totalmente grande. Mas também falo das Unidades. Como ex-diretor, a distribuição
599 nas Unidades também não é das mais corretas. Há instituições - fui convencido
600 disso quando participei de uma instituição - que não estava com problemas
601 financeiros, mas fez um plano de demissão voluntária, como um instrumento de
602 modernização de seus processos administrativos. Definimos algumas
603 macrodiretrizes. A primeira diretriz é sobre investimento, a CODAGE fez um estudo,
604 que veremos depois nos gráficos, e estipulou um limite de R\$ 400 milhões. Poderia
605 ser R\$ 600 ou R\$ 800 milhões, mas achamos perigoso, nessa altura, com as
606 incertezas financeiras que estamos vivendo, fazer uma retirada maior do que R\$ 400
607 milhões. Com esse valor, conseguiremos reduzir a folha de pagamento em 6,5%.
608 Essa redução da folha de pagamento vai modificar a saúde financeira da
609 Universidade e, obviamente, a Reitoria e a comissão que for trabalhar nesse
610 programa têm a obrigação de garantir que todos os setores da USP vão funcionar
611 adequadamente; seja criando freios, seja criando limites, pois as atividades fins da
612 Universidade não podem ser prejudicadas. Foi feita uma primeira aproximação,

613 pegaram os funcionários entre 55 e 67 anos, com 20 anos ou mais de USP e, nesta
614 faixa, temos 2.800 servidores. É por isso que, às vezes, aparece em folhetos 'três
615 mil servidores'. Esse número foi de um documento preliminar que, por alguma razão,
616 foi divulgado, porém em vez de trabalharmos com 2.800, estamos propondo, com a
617 limitação de R\$ 400 milhões, trabalhar com 60% desse universo. Dessa forma, com
618 R\$ 400 milhões achamos que cerca de 1.700 servidores poderiam ser beneficiados
619 nesse programa. Isto dá uma redução de R\$ 23 milhões por mês, portanto, o plano
620 se paga em 20 meses, então a resposta é rápida e isso equivale à redução de 6,5%
621 da folha de pagamento. O que estamos propondo é, primeiro, criar o plano por meio
622 de uma resolução base e, depois, a criação de uma edital com investimento e metas
623 pré-definidas. Obviamente, não podemos ser restritivos; o plano tem que ser
624 estendido a todos os servidores celetistas, pode ser por unidade, mas decidimos se
625 um colega nosso com dez anos, cinco anos achar isso interessante o direito é dele.
626 Algumas diretrizes que seguem: um salário por ano de trabalho na USP, até um
627 limite de 20 salários; pagar os 40% do fundo de garantia como se fosse uma
628 demissão, neste caso, conselheiros, um colega nosso que está há vinte anos na
629 USP e resolver se aposentar e puder tirar todo o fundo de garantia, vai receber o
630 equivalente a uns 50 salários do dia. De forma que, de fato é bastante interessante.
631 Outra coisa importante é a manutenção do atendimento de saúde e centros
632 esportivos por doze meses; e quem já fez a opção da SPPREV e já está pagando
633 retroativo de dois anos, a USP mantém a sua parte de contribuição patronal. Temos
634 5 ou 6 mil colegas que optaram pela SPPREV. Os critérios de priorização são os
635 colegas que estão entre 55 e 67 anos e com mais de 20 anos de USP e, se formos
636 abrir pegamos, depois, pessoas com mais idade e mais tempo de trabalho na USP.
637 Eventualmente, se a demanda for superior ao que estamos esperando, teremos que
638 fazer uma priorização dentro das priorizações, também, seguindo a mesma
639 orientação. Como podem verificar, há uma série de vantagens. O cronograma macro
640 que estamos propondo - estamos apresentando isso hoje e vamos ter que criar uma
641 comissão que possa desenvolver o programa e preparar a resolução - é começar a
642 divulgar isso ainda em outubro e, se possível, já começar a aplicar em fevereiro e
643 março do ano que vem. A pergunta que sempre me é feita é: 'R\$ 400 milhões não
644 vai dar um baque nas nossas reservas?' Sim, no começo vamos ter uma certa
645 sensibilidade, mas como podemos ver no gráfico, o vermelho é o que temos hoje e
646 todos podem reparar que a previsão, como foi feita pela COP na semana passada,

647 era R\$ 1,1 bilhão de reserva. Como está hoje, entregaríamos a gestão para o
648 próximo grupo com um prejuízo de quase R\$ 300 milhões. Na verdade, não vamos
649 estar com prejuízo de R\$ 300 milhões, porque antes disso, a USP já estaria falida.
650 Com essa proposta, pegando 1600 ou 1700 funcionários, no primeiro ano – 2015 –
651 vamos ter um déficit bastante sério, de R\$ 700 milhões, mas já em 2016 e 2017 são
652 déficits muito menores; e em 2018, estaremos na situação atual. Isso, levando em
653 conta as estimativas da gestão do Banco Central de crescimento para o país e que
654 vamos pagar apenas a reposição da inflação para os funcionários, nos próximos
655 anos. São com essas premissas que temos condições, se metade dos 1700 ou 1800
656 toparem, teremos um alívio suficiente e estaremos, ainda, sobrevivendo. De forma
657 que, trabalhando com 1600/1700 pessoas, que equivale a 60% do nosso público-
658 alvo, estaremos em uma condição bastante saudável. Mesmo que somente metade
659 desse público-alvo concorde, cerca de 900 funcionários, estaremos respirando;
660 como está hoje, as estimativas não são nada alentadoras. A pergunta é: como fica o
661 saldo das reservas? Sem o programa, para a metade de 2017, já estaríamos sem
662 recursos e, em 2018, quando entregaremos para o novo Reitor, já vai ser com
663 dívidas. Com o plano, é obvio que em 2015 estaremos com reservas menores, mas
664 já em 2016 e 2017 estaremos com reservas mais tranquilas; em outras palavras, a
665 Universidade pode planejar. Supondo novamente uma situação intermediária, onde
666 apenas metade dos nossos colegas aceitem entrar no PIDV, mesmo assim
667 estaríamos com reservas. Essa é a realidade que existe. Outra coisa que falaram é
668 que se fosse deixado como está, reduziríamos constantemente, sem a necessidade
669 de um PIDV. Sim, reduziríamos e chegaríamos em 2018 a 88% das despesas com a
670 folha de pagamento, mas antes já havíamos falido. O programa, como foi
671 desenhado, no sentido macro, é muito interessante e, mesmo que não tenha uma
672 aceitação tão grande; continua nos aliviando e buscando um alento de continuar
673 nossos planos. O grande problema é a Universidade apenas sobreviver e não ter
674 planejamento para o futuro.” **M Reitor:** “Antes de abrir a palavra, ouviremos o
675 presidente da COP, Professor Geraldo Martins da Costa, para apresentar o parecer
676 da COP a respeito desse assunto.” **Cons. Geraldo Roberto Martins da Costa:** “A
677 COP analisou detalhadamente o programa de demissão voluntária, discutiu e
678 conversou com os vários membros da comunidade e deu o seguinte parecer: ‘Trata-
679 se da proposta de criação do Programa de Incentivo a Demissão Voluntária-PIDV,
680 apresentado pela Administração Geral da Universidade de São Paulo, bem como de

681 autorização para o uso de R\$ 400 milhões das reservas da USP, relativos ao
682 exercício de 2015. De acordo com a proposta, o programa contribuirá para a
683 sustentabilidade financeira da Universidade, conforme os estudos realizados. O
684 investimento no PIDV deverá ser recuperado em aproximadamente 20 meses, com
685 redução estimada em 6,5% na folha de pagamento, em 2015. A Comissão de
686 Orçamento e Patrimônio, em sessão realizada em 21.8.2014, manifestou-se
687 favoravelmente à solicitação da Administração Geral da USP de criação do
688 Programa de Incentivo à Demissão Voluntária - PIDV, bem como à autorização dos
689 R\$ 400 milhões das reservas para sua implantação, desde que sejam alcançados os
690 objetivos da redução da folha de pagamento, apresentados no estudo da
691 Administração Geral.’ A grande preocupação da COP é que, de fato, após as
692 inscrições e o levantamento de todos os interessados, esse programa seja feito para
693 garantir e beneficiar o equilíbrio financeiro da Universidade. Esse é o parecer da
694 Comissão de Orçamento e Patrimônio da Universidade de São Paulo, que
695 representa esse Conselho.” **M. Reitor:** “Observei que o Senhor colocou uma outra
696 coisa, que é do assunto seguinte, o reajuste de salário. Entendo que há, na minha
697 impressão, uma vinculação, mas pergunto se essa é a visão da COP. **Cons.**
698 **Geraldo Roberto Martins da Costa:** “Sim essa é uma visão da COP, poderíamos
699 apresentar agora ou esperar a discussão do PIDV. Como o reajuste salarial está
700 intimamente vinculado com o PIDV, acredito que seja interessante apresentar as
701 propostas que vocês encaminharam e a decisão que a COP tomou com relação a
702 elas; porque são dois assuntos que não temos como separá-los, pois um está
703 extremamente vinculado ao outro e os estudos mostram isso. Por isso, pediria ao
704 Magnífico Reitor que permitisse que eu faça a apresentação do reajuste salarial,
705 para que possamos, na verdade, votar separadamente, mas discutir em conjunto
706 esses dois assuntos.” **M. Reitor:** “É isso que a maioria gostaria de ver discutido
707 agora? Solicito que o Senhor explique por que a COP entende que os dois assuntos
708 estão vinculados.” **Cons. Geraldo Roberto Martins da Costa:** “Para responder a
709 essa questão, são necessários alguns comentários preliminares. Na última terça-
710 feira foi solicitado por esta Casa que fossem enviadas propostas sobre o reajuste
711 salarial para que a COP analisasse e trouxesse ao Co, para que pudéssemos
712 discuti-las. Recebemos 19 propostas e fizemos esse estudo. Do estudo das
713 propostas, a COP pinçou coisas interessantes de cada uma delas e associou com o
714 PIDV. Verificamos que todas as propostas apresentadas, nenhuma delas tira a

715 Universidade da situação caótica em que se encontra no momento. De forma que, já
716 utilizando o Programa de Incentivo à Demissão Voluntária, fizemos um estudo onde
717 temos um cenário que será extremamente importante para que tenhamos uma
718 proposta de ajuste salarial. Todos os conselheiros já receberam o parecer dessas
719 propostas e existe uma proposta de reajuste salarial, que é a ideia de que o M.
720 Reitor leve ao CRUESP. Isso faz parte de minha explicação e dessas transparências
721 que constam no material. Na verdade, para a COP, não tem como dar o reajuste
722 sem a implantação do PIDV.” **Cons. Laerte Sodré Júnior: (questão de ordem)**
723 “Como participei dessa discussão como membro da COP, é muito claro para mim
724 que a decisão é baseada em informação. Esta informação é fundamental para o Co,
725 para que as pessoas possam tomar uma decisão bem informada. Seria muito
726 importante que o Professor Geraldo pudesse fazer sua apresentação antes que as
727 discussões sejam ampliadas.” **Cons. Marcos Noqueira Martins: (questão de**
728 **ordem)** “Concordo com a colocação do Professor Laerte, mas isso tem um ponto de
729 vista puramente financeiro. Concordo com ele que essa informação é fundamental
730 para analisar o PIDV, do ponto de vista estritamente financeiro, mas esse PIDV tem
731 outros aspectos, além dos financeiros. E pressionar os aspectos financeiros, mais do
732 que já estão pressionados, acho que é distorcer a discussão. Gostaria de poder me
733 manifestar sem sofrer essa pressão.” **M. Reitor:** “Não concordo porque, na verdade,
734 é essencial o conhecimento dos detalhes, eles precisam ser apresentados ao
735 Conselho. O Conselho toma decisão, não sobre pressão, mas com base em
736 informações. Outro aspecto fundamental é que a análise da questão subsequente,
737 pelo que entendi, depende da análise desta. Portanto, entendo - revertendo a minha
738 decisão - perfeitamente fundamentada a necessidade de que o Professor Geraldo
739 faça a apresentação.” **Cons^a. Neli Maria Paschoarelli Wada:** “Quero um
740 esclarecimento, se nesse encaminhamento que o senhor está dando, para que o
741 professor apresente as resoluções da COP, corre-se o risco de, depois, o Senhor
742 colocar os dois assuntos em votação juntos.” **M. Reitor:** Não, Cons.^a Neli. Não
743 colocarei os dois assuntos em votação em conjunto, colocaremos o PIDV em
744 discussão e, em seguida, em votação e depois colocaremos a questão do reajuste
745 salarial em discussão e, em seguida, em votação”. **Cons^a. Paula Zuqaib Destruti:**
746 “Tenho uma questão de ordem que é baseada na colocação do vice-diretor do
747 Instituto de Física. Queria que antes dos comentários, tivéssemos um momento,
748 dado que vão ser colocados vários aspectos econômicos, para que sejam colocados

749 os aspectos jurídicos da legalidade ou não do PIDV, porque os professores do
750 Departamento de Direito do Trabalho, que são os mais autorizados para falar sobre
751 o assunto dentre o corpo docente, entendem que há uma ilegalidade.” **M. Reitor:**
752 “Muito obrigado. A senhora está tentando entrar no mérito da questão e não é esse
753 o momento.” **Cons^a. Paula Zugaib Destruti:** “Professor só uma colocação. Expor os
754 dados econômicos é entrar no mérito da questão, no meu entendimento os aspectos
755 jurídicos também são.” **M Reitor:** “Isso pode ser colocado quando ele for posto em
756 discussão, mas ele não está em discussão. Estamos ouvindo o Presidente de uma
757 das Comissões Permanentes deste Conselho, cuja função específica é informar ao
758 Conselho e atender o dispositivo do Regimento que diz que a política salarial na
759 Universidade será decidida pelo Conselho Universitário, ouvida a COP. E, em
760 seguida, ouviremos os demais Conselheiros.” **Cons^a. Paula Zugaib Destruti:**
761 “Concordo perfeitamente com o Senhor, mas a questão é: o Senhor concordou com
762 o argumento que devemos tomar decisões baseadas em informações, neste caso,
763 acho que é perfeitamente cabível que as pessoas tenham, inclusive, mais
764 informações sobre qual a colocação legal desse plano.” **M. Reitor:** “Que serão feitas
765 no momento adequado, neste momento está com a palavra o presidente da COP.”
766 **CADERNO III - DISCUSSÃO SOBRE REAJUSTE SALARIAL (Caderno VIII da**
767 **reunião de 26.08.2014).** Discussão sobre reajuste salarial com base no abaixo
768 assinado encaminhado ao Conselho Universitário, com assinatura de 20% dos
769 membros do Colegiado. **Cons. Geraldo Roberto Martins da Costa:**
770 **(apresentação)** “Este estudo de reajuste salarial foi um trabalho intenso.
771 Recebemos as propostas até o meio-dia da quinta-feira passada. Foram,
772 aproximadamente, 19 propostas ou sugestões. O pessoal do Financeiro da
773 CODAGE foi extremamente hábil, juntamente com os membros da COP, para
774 destrinchar, criar cenários, propor e mostrar para os Conselheiros as consequências
775 de cada proposta e como analisar. Como presidente suplente em exercício da COP,
776 estou os informando, como é a obrigação da nossa Comissão. É uma Comissão
777 Permanente, que deve manter esclarecidos todos os membros desse Conselho a
778 respeito do que está acontecendo, por isso se debruçou por seis dias para que
779 pudesse trazer uma proposta. A COP sequer conseguiu almoçar hoje, pois não deu
780 tempo, para podermos finalizar esse processo para a reunião. As propostas foram
781 enviadas e recebemos 19 propostas/sugestões, que tratam do reajuste salarial para
782 2014. Muitas das propostas/sugestões eram semelhantes, dentro de um mesmo

783 contexto, todas voltadas para um mesmo caminho. De forma que foi possível reunir
784 essas sugestões semelhantes em cinco grupos. É interessante que o que não for
785 aqui apresentado, em termos direto de reajuste, são sugestões de análises,
786 propostas, dúvidas, que serão consideradas pela COP. Existem várias
787 extremamente interessantes sem incluir reajuste, mas que são necessárias ser
788 submetidas, como fundo de reserva mínimo, como trabalhar com os orçamentos.
789 Temos uma série de contribuições que serão úteis no decorrer desses próximos
790 meses, junto com as diretrizes orçamentárias que estão sendo analisadas pelos
791 senhores e senhoras. E vamos utilizar parte do que chegou, junto com as diretrizes
792 orçamentárias. Fomos capazes de pegar as contribuições que chegaram,
793 conseguimos criar cinco grupos e desses cinco grupos, temos o seguinte. O que tem
794 aí são propostas que chegaram dos conselheiros. Temos a primeira sugestão, que é
795 a manutenção da proposta de 0% e existe toda uma explicação do porquê. A
796 reserva de ajuste, que corresponde ao item 1.4 do Orçamento de 2014, está na
797 alínea pessoal. É interessante que comentemos essa reserva, pois é uma reserva
798 de ajuste que tem como finalidade básica, tratar da progressão na carreira, do
799 crescimento vegetativo, que são os quinquênios, concursos, e tudo mais. É
800 importante que vocês tenham a informação de que, das reservas de ajustes, que
801 correspondem a R\$ 129 milhões, os técnicos da CODAGE nos passaram que isso
802 corresponde a um reajuste de 2,6% em termos de inflação aplicada como reajuste.
803 Quero também informá-los de que, dos R\$ 129 milhões da reserva de reajuste, não
804 temos hoje nenhum centavo. Todo esse reajuste já foi utilizado nas progressões das
805 carreiras, na segunda movimentação da carreira dos técnicos-administrativos, e já
806 gastamos R\$ 133 milhões dos R\$ 129 milhões previstos. Então, praticamente, toda
807 a reserva já foi utilizada. Depois, temos a terceira proposta, que é a reposição da
808 inflação, via índice IPC-FIPE, que corresponde a 5,2%. Todos esses dados são
809 referentes a maio de 2014, de forma que esse é um índice da proposta apresentada;
810 foram várias as propostas de reposição da inflação pelo índice FIPE. Em seguida,
811 tivemos outra proposta, que também tem uma certa ligação com a segunda, que
812 trata de pegar a reserva de ajuste, como já comentei, mais o rendimento das
813 reservas. Se pegarmos a reserva de ajuste, mais o rendimento das reservas, vamos
814 ter um índice de 6,56%. O rendimento das reservas hoje é fundamental para o
815 déficit. Quando apresentei, na última semana, aquele déficit de R\$ 634 milhões, ele
816 só não é maior porque esses rendimentos estão abatendo o déficit. Então, na

817 verdade, esses rendimentos de reservas também estão sendo utilizados.
818 Finalmente, temos a quinta proposta, do Fórum das Seis, que é exatamente o índice
819 Dieese, mais 3% de reposição de perdas. Colocamos, não na ordem de chegada,
820 mas em uma ordem crescente, para facilitar a análise. Essas foram as propostas
821 agrupadas. Tivemos uma proposta no item 5, e de cada uma delas, que
822 corresponderam às 19 propostas. Algumas propostas não pudemos aproveitar
823 devido à forma com que foram enviadas. Quando pegamos os dados e analisamos
824 as 19 propostas - é uma análise preliminar, antes de entrar nos números
825 propriamente ditos, uma análise financeira - e verificamos o seguinte: a COP
826 considera necessário medidas que levem a uma redução de comprometimento do
827 repasse do Tesouro do Estado. Uma redução desse comprometimento com a folha
828 salarial. Sabemos que o grande problema hoje é exatamente a folha salarial. É o
829 fato de ela estar acima dos 100% do repasse do Tesouro do Estado, o que está
830 criando todo esse grande problema financeiro da Universidade. Precisamos reduzir
831 esse comprometimento com a folha salarial, possibilitando a redução do déficit e a
832 preservação de um patamar mínimo de reservas. Essas informações aqui tiradas
833 estão pinçadas dentro das 19 propostas enviadas. Os cenários analisados
834 consideram a meta de reposição da inflação, de 2015 em diante. Então, vamos usar
835 tabelas onde o reajuste se refere a 2014, e a partir de 2014, isto é, 2015, 2016, 2017
836 e 2018, estaremos aplicando o índice FIPE na reposição do reajuste salarial.
837 Estamos considerando que o reajuste salarial existe, de fato, nos demais anos. As
838 propostas para 2014, 2015, 2016, 2017 e 2018 é o índice da FIPE para o período
839 que teremos. Inicialmente, temos aqui a simulação apresentada. Aparentemente são
840 muitos números, mas depois vou colocar gráficos para discutirmos. Mas,
841 visualmente é interessante olhar para este quadro, porque temos que a base é o
842 0%, a reserva de reajuste é de 2,6%, reserva de reajuste mais rendimentos é de
843 6,65%, temos aqui o índice FIPE mais o Fórum das Seis. Quando olhamos os cinco
844 grupos de propostas e olhamos o déficit, as reservas e o comprometimento,
845 percebemos que o déficit continua durante todo o período. Se olharem para as
846 reservas acima das propostas apresentadas, dá para perceber que a partir de 2016
847 não teremos mais reservas, em 2017 também, e assim vai, de acordo com a
848 proposta. Então, temos aqui um déficit não controlado, reservas desaparecendo
849 nesse período até 2018, e um comprometimento que vai beirar os 90%, na melhor
850 das propostas, que é exatamente o reajuste de 0%. Se olharmos isso do ponto de

851 vista gráfico, fica mais fácil termos essa visão. Vemos aqui que o melhor caso é
852 reajuste 0%. Se observarem em relação ao déficit estimado com reajuste 0%,
853 teríamos aqui um déficit, mas mesmo assim sem resolver o problema. Depois, temos
854 as outras propostas, como reserva de ajuste e as demais propostas, onde
855 observamos que com o aumento da reposição salarial, do reajuste, nosso déficit vai
856 aumentando cada vez mais. O comprometimento vai decaindo, essa é a tendência.
857 O melhor caso continua sendo o caso base, sem reajuste nenhum, e as demais
858 propostas estão dentro de patamares proporcionais aos seus reajustes. Temos aqui
859 novamente, chegando ao final de 2018, sem conseguir atingir um patamar que seja
860 financeiramente sustentável para a Universidade. E o que acontece com as
861 reservas? Pelas propostas apresentadas, o que temos é que a melhor situação
862 ainda é o caso 0%, onde saímos de uma reserva hoje, na faixa de R\$ 1,7 milhão e
863 vamos chegar em abril de 2017 no limite zero, não teríamos mais reservas. Quanto
864 às demais propostas, quanto maior o índice, mais rapidamente as reservas vão
865 desaparecendo. Na verdade, não existe reserva negativa. Isso é apenas uma ideia
866 para que entendam que o que está abaixo, em vermelho, significa empréstimo
867 bancário, caixa zerado, significa não termos como pagar nossas contas. É isso que
868 significa o que está abaixo da linha do zero. Isso pode acontecer em 2015, já no ano
869 que vem; em 2016, dependendo do reajuste e, no melhor dos casos, é acontecer em
870 abril de 2017. Então, dentro das propostas apresentadas - a COP junto com a
871 CODAGE - analisamos caso a caso e verificamos a grande dificuldade: que
872 nenhuma delas consegue superar esse impasse do repasse do Estado ser inferior à
873 utilização. E não estamos falando simplesmente de salários, temos, também, o
874 custeio, para que possamos chegar aqui e termos como trabalhar. Se todos
875 fôssemos embora para casa, todos, sem exceção, apagássemos todas as luzes,
876 dispensássemos todos os seguranças, não deixássemos ninguém aqui, parássemos
877 as aulas, simplesmente abandonássemos a Universidade e pagássemos só as
878 folhas, mesmo assim não passaríamos de abril de 2015. Então, essa é a situação
879 que temos, sob o ponto de vista financeiro. Portanto, a COP, em sessão realizada
880 hoje - 2.9.2014, a sessão foi hoje, mas estamos trabalhando nisso há um bom tempo
881 - com o suporte da CODAGE, verificou que, no quadro atual, sem a implementação
882 do PIDV, todas as propostas levam ao esgotamento das reservas entre 2015 e
883 2018. Então, entre 2015 e 2018, dependendo da proposta, não teríamos mais como
884 sustentar a Universidade. Considerando a implementação do PIDV, a COP

885 recomenda que o M. Reitor encaminhe ao CRUESP a proposta de reajuste salarial
886 de 5,2%, correspondentes aos índices FIPE, a ser concedido em duas etapas. A
887 primeira de 2,6% a partir de outubro de 2014, e a segunda, de 2,534% a partir de
888 janeiro de 2015. Como é juros sobre juros, equivale a 5,2%.” **M. Reitor:** “Tenho a
889 impressão de que essa apresentação foi suficiente, o Conselho está informado,
890 informações adicionais, que sei que a COP dispõe, poderão ser apresentadas no
891 momento oportuno, se houver questões a respeito.” **Cons. Geraldo Roberto**
892 **Martins da Costa:** “Se todos estão com a apresentação em mãos, gostaria de
893 comentar algumas coisas importantes. Basicamente, essa folha que aparece o
894 cenário com o PIDV, esse reajuste de 1,85% que aparece não é mágico. Qual foi a
895 proposta para chegar nessa tabela? Quero fazer um estudo com o PIDV proposto,
896 apresentado pelo Professor Vahan, e quero ter um déficit zero em 2018, isso
897 mantendo o crescimento do PIB, as inflações, mantendo lá em baixo os cartões,
898 mantendo toda a estrutura. Percebemos que se dermos um reajuste, hoje, de 1,25%
899 e implementar o PIDV, teremos um déficit zero. O que aparece na proposta - e este
900 índice não vem do nada – é interessante. Temos aqui um cenário de déficit
901 praticamente zerado em 2018, exatamente quando o Professor Zago estará
902 entregando o seu mandato. Mas isso não é o mais interessante. O mais interessante
903 é observarem as reservas financeiras. Nessa proposta, as reservas financeiras
904 começam a tomar fôlego em 2017, permitindo um investimento na Universidade
905 novamente. Temos uma volta de investimentos na Universidade, porque
906 começamos, finalmente, a repor as reservas. Na verdade não é repor, é tentar
907 apagar os incêndios que sobraram. Mas isso é uma estrutura que mostra claramente
908 a importância do PIDV dentro desse cenário que estamos. De forma que a COP
909 pensou que - analisando junto com a CODAGE e toda a estrutura da Universidade
910 que foi possível conversar - a ideia é manter o poder aquisitivo de toda a
911 comunidade da Universidade. A COP, junto com as pessoas que nos ajudaram, tem
912 uma proposta de manter o poder aquisitivo de toda a comunidade oferecendo o
913 índice FIPE, de tal forma que, quando tivermos o reajuste, em maio de 2015,
914 estaremos em um patamar sem perdas - tirando as perdas que o pessoal sempre
915 está falando, mas sem perdas dentro de uma base sólida, em um valor considerável.
916 Estamos considerando que em 2015, 2016, 2017 e 2018, os reajustes serão a mais
917 que a FIPE. Observem o que temos. Esse caso aqui é o caso ideal, é o caso que
918 gostaríamos que acontecesse. Estamos aqui com um custo de implementação de

919 R\$ 400 milhões para o PIDV, uma adesão de 100%, um reajuste em outubro de
920 2014 de 1,85%, atingindo, na verdade um déficit de absolutamente zero em 2018. E
921 a reserva do fim do período tem um colchão de R\$ 500 milhões, que é essencial
922 para a vida da Universidade, pois quando o Estado atrasar o repasse, não corremos
923 o risco de não recebermos o nosso salário no quarto dia útil do mês. E o
924 comprometimento vai despencando para 83,5%. É nesse 83,5% que começa a
925 aparecer as primeiras sobras, para que possamos voltar a ter investimentos.
926 Graficamente, podemos observar que o vermelho é melhor caso das propostas
927 apresentadas pelos membros do Conselho. Temos também, o caso de 1,85%, que
928 está em verde, que não seria exatamente o ideal, mas seria um reajuste de apenas
929 1; e o PIDV proposto, que seria um reajuste de 2,6% em outubro e 2,6% em janeiro
930 de 2016, com uma proposição que daria, na verdade, o índice FIPE de maio de
931 2014. Portanto, teríamos um valor muito próximo, mas é importante frisar que temos
932 aqui, ainda, um pequeno déficit. Imagina que tenhamos aplicado o PIDV e dado o
933 reajuste durante todo o período, compensamos os reajustes e todos os demais
934 custeios da Universidade. Quando chegarmos em 2018, temos um pequeno déficit
935 ainda. Então, outras medidas compensatórias precisam ser tomadas. O PIDV
936 sozinho não resolve o problema para um reajuste amplo de maio de 2016, da FIPE,
937 que é 5,6%. Ele vai amenizar muito, mas ele não resolve. Teremos que tomar mais
938 atitudes para recompor o sistema. Temos aqui o comprometimento também
939 despencando, exatamente na mesma proporção, voltando aqui muito próximo de
940 83%. Na reserva no final do período temos uma recomposição do caso ideal, porém,
941 se utilizarmos aqui todo o PIDV com esse aumento, temos esse pequeno déficit, que
942 precisaríamos repor, através de outros mecanismos. Então, a proposta da COP
943 considera a implementação do PIDV fundamental. A COP recomenda a essa Casa
944 para que tome uma decisão em relação ao M. Reitor, para que ele encaminhe ao
945 CRUESP, amanhã, a proposta de reajuste salarial de 5,2%, correspondente ao
946 índice FIPE, a ser concedido em duas etapas, 2,6% em outubro de 2014 e 2,534% a
947 partir de janeiro de 2015. Quero agradecer ao pessoal da CODAGE e a todos que
948 nos ajudaram muito a chegar nesses números. São cenários extremamente
949 confiáveis e, portanto, muitos são factíveis.” **M. Reitor:** “Passaremos à discussão
950 para a votação. Em primeiro lugar discutiremos o Programa de Incentivo à Demissão
951 Voluntária, que consta do Caderno I. **Cons. Bruno Sperb Rocha: (questão de**
952 **ordem)** “Minha questão de ordem, objetivamente, e sem entrar no mérito da

953 discussão, é pela retirada de pauta desse primeiro Caderno, ou seja, da proposta de
954 PIDV. Essa é uma moção dos trabalhadores, fazendo coro com uma série de
955 congregações da Universidade, que votaram pela retirada de pauta desse tema,
956 entre as quais a da Física, da Enfermagem, da FFLCH, da Educação, da FAU, do
957 Geociências, do ICB, do IP, da Saúde Pública, entre outras. A moção é pela retirada,
958 considerando que as apresentações não esgotam o tema e deixam de fora uma
959 série de informações muito pertinentes a um plano que tem um impacto enorme.”

960 **Cons.ª Neli Maria Paschoarelli Wada: (questão de ordem)** “Vou fazer minha
961 questão de ordem para cumprir os meus direitos, mesmo sabendo que não serão
962 respeitados. Pedi vistas ao processo, inclusive, já protocolei o pedido junto ao
963 senhor Secretário, de forma que gostaria que o M. Reitor me respondesse.” **M.**

964 **Reitor:** “A questão não será retirada de pauta, ela é vital para a recuperação
965 financeira da Universidade e, da mesma maneira, não há motivo para pedidos de
966 vistas, porque a apresentação é muito clara. A matéria pode ser complexa nos seus
967 aspectos políticos para a decisão, mas não necessita de esclarecimentos adicionais
968 que justifiquem a retirada de pauta. Vamos abrir a discussão. Antes, porém, darei a
969 palavra à representante dos estudantes, Paula Zugaib Destruti, da Faculdade de
970 Direito, porque argumentou, naquele momento, que teria informações relevantes, no
971 que diz respeito à discussão da questão. E disse, na oportunidade, que isso seria
972 feito no momento adequado.” **Cons.ª Paula Zugaib Destruti:** “Se eu cometer

973 alguma injustiça com o Direito, que Professor Floriano - que me dá aula às quintas-
974 feiras - por favor, me corrija - na aula, se possível. Estou em uma situação delicada
975 aqui, representando mais do que a totalidade dos estudantes, a legitimidade da
976 minha Faculdade. Quero colocar a exposição de um texto que, se o entendi
977 corretamente e, fazendo jus ao que o Professor falou, de alguns professores da
978 Faculdade de Direito, inclusive de uma outra associação, Juízes pela Democracia,
979 que é uma associação da magistratura, que refletiram sobre essa situação que está
980 acontecendo agora na USP, e queriam colocar em discussão, sobre os aspectos
981 jurídicos, qual a validade desse plano. Vou falar sobre o PIDV, pois é isso que está
982 em discussão no momento. Juridicamente, a USP é uma autarquia pública, o que a
983 difere, de certa forma, de outras empresas. Contudo, ela não está fora do Direito por
984 não ser uma empresa. Significa que todos os dispositivos constitucionais e os
985 objetivos da República constados na Constituição fazem parte e devem ser,
986 também, os objetivos dessa autarquia. Por que estou dizendo tudo isso? Fazendo

987 uma analogia com a lei de falências, até compreendendo que há um pressuposto,
988 não que acredite que ele esteja correto, é importante fazer essa ressalva, mas
989 digamos que a USP, de fato, esteja em uma crise orçamentária. Quero fazer uma
990 analogia com a lei de falências, que foi o que fez o Professor Souto Maior, que é
991 magistrado na Vara de Trabalho de Jundiaí, e é interessante. De acordo com a lei de
992 falências, sempre que uma empresa está falindo, deve ser dada prioridade para os
993 créditos aos trabalhadores e funcionários. Havendo uma demanda por recuperação
994 judicial, todos os acordos devem ser feitos com os credores em ordem de prioridade,
995 principalmente os trabalhadores e funcionários. Por que estou fazendo esse
996 paralelo? Acontece que na USP houve um problema de gestão que, de fato,
997 debilitou ou talvez tenha debilitado, não é certeza, porque aí entra 'o mérito'. Não
998 temos acesso aos dados para manipulá-los, mas pressupondo que há, de fato, uma
999 crise, projeta-se um programa de recuperação que não tem a opinião dos principais
1000 credores, os trabalhadores e funcionários. Por esse problema de gestão, que pode
1001 competir a nós ou não, que pode ser da nossa responsabilidade ou não, ou seja, por
1002 uma questão do empregador, está se atribuindo e se jogando as penas aos
1003 funcionários e trabalhadores. Ou seja, os trabalhadores e funcionários estão sendo
1004 responsabilizados por uma má gestão dessa autarquia, porque não foram eles que
1005 deliberaram pela forma de gestão dos recursos dessa autarquia. O que significa isso
1006 juridicamente? Está se cometendo uma ilegalidade, está se desrespeitando um
1007 pressuposto de gerência das instituições, e um pressuposto de ordem de credores -
1008 acreditem ou não, os trabalhadores também são credores dessas instituições -
1009 estabelecendo que o PIDV é nossa primeira saída. O PIDV deve ser submetido ao
1010 judiciário, por definição jurisprudencial por documento escrito com uma justificativa
1011 clara do porquê ele está acontecendo. Penso que antes de deliberarmos, dele ser
1012 implementado, teríamos que fazer esse requisito, que não é meramente formal.
1013 Ademais, é necessário que o PIDV seja discutido com os trabalhadores, e não
1014 porque acredito nisso politicamente - sim, acredito nisso politicamente -, mas porque
1015 há um requisito legal que demanda que os planos de demissão voluntária, que foram
1016 uma ocorrência grande em empresas públicas na década de 90, sejam discutidos
1017 com os trabalhadores. Ou seja, o debate de reajuste ou não, mais reajuste ou
1018 menos reajuste, depende de um plano de reestruturação dessa autarquia. Nesse
1019 sentido, faz-se necessário que os principais agentes interessados, os trabalhadores,
1020 verifiquem o que vai sair e o que vai ficar. Só para completar, quero lembrar que

1021 estamos inseridos em uma ordem constitucional que privilegia a empregabilidade,
1022 privilegia a função social, privilegia o bem-estar da população. É um objetivo da
1023 nossa República e é um objetivo da Universidade privada. Gostaria muito que
1024 ensinássemos aos nossos estudantes a respeitar o direito, principalmente quando
1025 estamos citando-o tanto. Acho que apenas os argumentos econômicos não nos dão
1026 base para entender que, aprovando o PIDV aqui, sem passar pela negociação
1027 amanhã, estaremos cometendo uma ilegalidade. E essa ilegalidade passará,
1028 provavelmente, pelo Tribunal, que vai reverter essa decisão e causar uma grande
1029 confusão. Isso só vai atrasar o nosso procedimento. Gostaria muito que as pessoas
1030 pensassem nisso e propusessem o aditamento dessa questão.” **M. Reitor:** “O
1031 Professor Floriano foi citado e poderá responder. Mas gostaria apenas de citar três
1032 pontos. Primeiro, creio que a Conselheira queria dizer ‘em uma Universidade
1033 pública’ e não ‘privada’. Em segundo lugar, não se trata de penalizar e sim de
1034 oferecer oportunidade àqueles que quiserem. Ninguém estará obrigado a fazer isso.
1035 Em terceiro lugar, como sempre, a Universidade atenderá a todos os aspectos
1036 legais.” **Cons. Floriano Peixoto de Azevedo Marques Neto:** “Conselheira Paula,
1037 primeiro, o que nos apaixona no Direito é que ele nunca é injustiçado, ele é
1038 dialogado. Então, obviamente, não há nenhuma injustiça em trazer teses, etc. Não
1039 vou aqui me manifestar sobre o mérito, mas sobre os aspectos legais, porque nós,
1040 que lidamos com o Direito, temos sempre a tendência - não é o que a Conselheira
1041 Paula está fazendo - de trazer argumentos *ad terrorem* – ‘alto lá, que isso é ilegal,
1042 alto lá que isso vai para os tribunais’. Claro que tudo pode ser questionado pelo
1043 Tribunal, graças a Deus estamos em uma sociedade que permite isso, de forma que,
1044 objetivamente, primeiro, não é inviável haver planos de demissão voluntária em
1045 entes públicos, como uma autarquia. Isso não tem qualquer óbice legal. Até gostaria
1046 de dizer - e no início, quando foi trazida a opinião dos meus colegas do
1047 Departamento de Trabalho, que na verdade são alguns professores de Direito do
1048 Trabalho, outros tantos têm posição divergente - o Departamento de Trabalho é um
1049 pouco dividido nas posições. Senti-me um pouco intimidado, porque não sou um
1050 professor de Direito do Trabalho, tenho pouco conhecimento, mas o que a
1051 Conselheira Paula trouxe é matéria do Direito Administrativo. Então, autarquia pode
1052 ter plano de demissão voluntária, há casos em que isso já ocorreu. Segundo, a
1053 comparação com a Lei de Falências é completamente imprópria, por dois motivos:
1054 primeiro que não acho que a USP está em falência. A falência implica liquidar o

1055 ente. Não estamos apurando haveres para ver quem salva mais ou menos. O
1056 máximo que a USP está é em recuperação extrajudicial, a antiga concordata fora de
1057 juízo. Na recuperação extrajudicial, embora não seja hábito, já vi planos de
1058 recuperação judicial em que os trabalhadores aceitam reduzir algumas vantagens,
1059 para permitir que a companhia continue funcionando e não percam o emprego. Isso
1060 é possível. Já vi planos e tem que ter assembleia, tem que ser decidido, mas são
1061 planos em que a classe trabalhadora aceita algo coletivo. Aqui estamos diante do
1062 livre-arbítrio de quem queria ou não atender ao Plano de Demissão Voluntária. Por
1063 que esse aderente é menos capaz do que nós em decidir o que é melhor para ele.
1064 Acho que haveria uma penalização dos trabalhadores, se estivéssemos - e eu
1065 votaria contra - assumindo uma razão de impossibilidade orçamentária, para demitir
1066 trabalhadores. Isto eu votaria contra, pois seria punir os servidores por uma medida
1067 emergencial. O que estou entendendo é que estamos franqueando uma alternativa,
1068 a qual à fria luz dos números, possibilita um fôlego, inclusive para ter reajuste,
1069 garantir empregabilidade dos que seguem empregados. Se amanhã ou depois, em
1070 seu livre-arbítrio, esses enquadrados não quiserem aderir, teremos que voltar para
1071 cá, já que o Reitor nos devolveu a responsabilidade, e pensar em outra solução que
1072 seja viável. Nesse momento, trata-se de abrir uma janela, uma possibilidade, que
1073 traz problemas que não vou entrar aqui. Se isso for concentrado em uma Unidade,
1074 se isso for concentrado em uma categoria, se vai inviabilizar serviço, isso é uma
1075 outra discussão. Ilegal não é. Também não dá para aplicarmos em uma autarquia
1076 estadual, uma lei que foi votada no Governo Federal, no âmbito da reforma do
1077 Estado, do Governo Fernando Henrique, para os planos de demissão voluntária
1078 federais, que traziam isso dentro de um contexto de redução do Estado, por uma
1079 questão gerencial, de uma versão ideológica do Estado. Não estamos diante de uma
1080 opção do Reitor de enxugar a USP, porque acha melhor funcionar com menos
1081 gente. Estamos diante de uma solução que pode dar um fôlego para o nosso
1082 orçamento, e que tem uma possibilidade, como foi dito, de permitir condições que
1083 não onerem os trabalhadores com a impossibilidade de reajuste, com um reajuste
1084 que pode ser assumido pelo orçamento. Por fim, não se trata de dizer seja ou não
1085 seja uma empresa. Se a discussão fosse trazer padrões de empresa para a USP, eu
1086 já me colocaria contra, mas trata-se apenas de tentar adequar a realidade de
1087 servidores da USP a uma realidade financeira, dentro da legalidade. O que vai
1088 determinar se é bem sucedido ou não é a quantidade de pessoas que, em seu livre

1089 arbítrio, adiram ou não ao Programa de Demissão Voluntária. Portanto, a imagem da
1090 lei da falência, espero em Deus que não seja verdadeira, pois a USP não está em
1091 processo de privação falimentar, e a ideia de uma recuperação extrajudicial
1092 responsável, digamos assim, passa por uma entrega aos trabalhadores, de uma
1093 opção de aderir ou não ao plano, que, salvo engano, é um plano garantidor de
1094 direitos. Seria muito grave se tivéssemos propondo demitir os servidores com menos
1095 de três anos, ou com mais de três anos, unilateralmente, ainda que pagando os 40%
1096 e as indenizações, pelo simples fato de termos que cortar quem bem entendermos.”

1097 **Cons. Paulo José do Amaral Sobral:** “Gostaria de parabenizar o trabalho da COP,
1098 na pessoa do Professor Geraldo, Presidente em exercício, um belo trabalho do
1099 ponto de vista financeiro. Mas, quero falar sobre o outro lado da moeda, a questão
1100 de pessoal. Já conversei com os senhores, mas por respeito à minha Congregação,
1101 tenho que falar aqui sobre a preocupação da nossa Unidade com o PIDV.
1102 Pessoalmente, acredito que é uma das medidas necessárias para contribuir para a
1103 solução do nosso problema financeiro, mas nossa Faculdade já contribui muito, de
1104 certa forma - temos dois cursos com seis anos, cujos projetos não foram plenamente
1105 implantados, vamos formar agora a segunda turma de Medicina Veterinária com o
1106 hospital inacabado, sem equipamentos importantes para o ensino, porque o dinheiro
1107 foi retido - e não foi gasto por vários motivos, não vale a pena explicar aqui. Não
1108 conseguimos sequer o alvará do Corpo de Bombeiros local para então conseguir o
1109 da CETESB, em seguida dos demais órgãos, por questão financeira. Já pagamos
1110 um preço muito alto para a solução da crise e a comunidade, expressa pela
1111 Congregação, sente-se muito preocupada com a possibilidade de nossos 11 ou 12
1112 colegas que podem entrar no PIDV, de fato entrem. Ainda que sejam 4 ou 5, haverá
1113 um custo muito alto para nós. Então me perguntam como vamos garantir esse
1114 prejuízo. Conversei pessoalmente com o Professor Vahan na reunião retrasada, e
1115 ele falou que haveria ajuda para as unidades. Mas foi só isso, sem detalhes, mas a
1116 comunidade me exigiu detalhes, os quais não pude dar. De forma que, mesmo
1117 respeitando a Professora Maria Arminda, que argumentou contrariamente, devo
1118 respeitar minha Congregação, pois devo satisfação a eles e preciso do voto deles.
1119 Assim, preciso condicionar meu voto a garantias reais, para que quando for cobrado,
1120 possa argumentar, dizendo de qual maneira a Reitoria vai nos ajudar, em caso de
1121 haver alguns demitidos, sem haver qualquer prejuízo para a Unidade. Por exemplo,
1122 tenho cinco motoristas, dois podem sair no PIDV, isso vai atrapalhar até nossa vinda

1123 ao Co. Vou ter que vir dirigindo. Já me chamaram de multitarefa, uma a mais uma a
1124 menos não teria problema, mas não precisaria. Há uma pessoa que é responsável
1125 pelo estágio, se ela sai, não sei quem vou colocar no lugar. Então, estou com
1126 questões práticas pequenas, mas que para a comunidade é importante, e preciso
1127 dar uma resposta. Dessa maneira, sou obrigado a condicionar o voto.
1128 Pessoalmente, sou favorável, mas também devo satisfação a minha Congregação.”
1129 **M. Reitor:** “Lembro que custo maior do que qualquer um desses que senhor
1130 apontou é a imobilidade da Universidade, que o senhor mesmo apontou, chegamos
1131 lá. Portanto, agarrar-se apenas àquilo que ali está não resolve. Ou encaramos de
1132 maneira positiva, com as possibilidades de reorganizar a Universidade, ou morremos
1133 todos afogados com uma pedra que vai cada vez mais ao fundo. Garantias
1134 absolutas ninguém o dará, nem eu. Estamos lidando com aquilo que é o possível.
1135 Caberá a cada um de nós tomar a decisão de acordo com o que é possível. Agora,
1136 entre as possibilidades, obviamente, existe a movimentação de pessoal, porque
1137 sabemos que na Universidade há, neste momento, uma distribuição muito desigual
1138 dos servidores. Este programa de movimentação já está implantado, está em curso
1139 e será intensificado. Além do mais, o que posso adiantar – e penso ser relevante
1140 para todos que estão aqui, principalmente os Diretores - é que a implantação efetiva
1141 do Programa, uma vez autorizado por este Conselho, se fará através de
1142 documentos, os quais são a resolução e o edital, provavelmente. Para elaboração
1143 destes documentos, faremos uma comissão final que vai trabalhar nos documentos
1144 finais, composta por três servidores da Universidade, da área administrativa,
1145 provavelmente alguém da Procuradoria, alguém da Seção de Pessoal do Recursos
1146 Humanos, e assim por diante, e três membros deste Conselho Universitário, que
1147 consideraria adequado que fossem três diretores, os quais poderão representar a
1148 visão dos diretores, isto é, aqueles que administram a Universidade, no sentido de
1149 acompanhar a execução, efetivamente, do processo de PIDV, levando em conta que
1150 podemos estabelecer limites dentro de cada Departamento. Limites que poderão ser
1151 atendidos e que levam a questões do ponto de vista legal, como por exemplo, se
1152 dissermos que só pode ser três por departamento e tivermos cinco candidatos, há
1153 soluções possíveis que sejam legais. Faz-se um sorteio, ou segue a ordem já
1154 definida de prioridades, coisas desta ordem. Então, entendo que três diretores
1155 livremente escolhidos, trabalhando junto com os três membros da Administração da
1156 Universidade poderão elaborar os documentos que, efetivamente, vão constituir o

1157 processo de PIDV.” **Cons. Douglas Emygdio de Faria:** “Gostaria de solicitar ao
1158 Professor Geraldo, da COP, porque o resumo apresentado não contempla o que o
1159 conjunto dos servidores técnicos de Pirassununga encaminhou, via Congregação.”
1160 **M. Reitor:** “Conselheiro Douglas, estamos discutindo PIDV.” **Cons. Marcelo**
1161 **Ricardo Fernandes:** “Na última reunião, o Reitor falou bastante que é importante
1162 analisarmos o impacto, antes de tomarmos medidas que fossem na intenção de
1163 remediar a situação financeira da USP. Mas não podemos analisar esses impactos
1164 apenas pelo ponto de vista econômico imediato. Por exemplo, é comum, em
1165 diversas unidades da Universidade, que encontremos filas imensas nas seções de
1166 graduação, filas imensas para carregar o bilhete, para poder usar o bandeirão. Faço
1167 parte de uma unidade, não sei se é a única ou se é uma das poucas unidades que
1168 tem menos funcionários técnicos e administrativos do que funcionários docentes.
1169 Então, não podemos pensar no impacto apenas pensando que vamos reduzir 1.700
1170 funcionários, e com isso vamos diminuir os gastos que a USP dispense com esses
1171 funcionários. Na verdade, os funcionários não são meramente um gasto que a
1172 Universidade tem, e sim quem faz a Universidade funcionar. Então, também
1173 devemos pensar no impacto que a perda de 1.700 pessoas nos quadros da
1174 Universidade vão acarretar, não só para estudantes e professores, que precisam ser
1175 atendidos pelos funcionários administrativos, como também para os demais
1176 funcionários, aqueles que ficarem na Universidade, que vão ter uma sobrecarga de
1177 serviço adicional para fazer a Universidade continuar funcionando. Se hoje os
1178 funcionários já são sobrecarregados, já trabalham suas horas, uma jornada de
1179 trabalho pesada, puxada em muitos departamentos, vão ter que trabalhar ainda mais
1180 para suprir a falta de funcionários que a Universidade passará a ter a partir disso.
1181 Por isso, não podemos pensar no impacto somente do ponto de vista econômico,
1182 mas também do ponto de vista da excelência da nossa Universidade, que é tão
1183 defendida por todos aqui.” **Cons. Carlos Eduardo Garisto de Nicola:** “Começo
1184 minha fala lamentando muito que o Reitor e os conselheiros, os quais ele designa,
1185 podem se expressar à vontade no Co, enquanto nós, conselheiros discentes, não
1186 podemos fazer isso. Muito ruim essa situação. Em segundo lugar, quero também
1187 comentar que o Co de hoje está extremamente militarizado, temos vários homens da
1188 polícia aqui na porta do IPEN, carros da Polícia Militar e é um precedente muito
1189 perigoso que abrimos, se quem faz a segurança do Co é a Polícia Militar. Em
1190 terceiro lugar, outro lamento, porque acho que precisamos fazer isso, lamentar a

1191 intransigência do Reitor no último Co, que não abriu espaço para que pudéssemos
1192 falar no início da Sessão, muito menos ao final e, por isso, na hora da votação, não
1193 tínhamos clareza, não estava claro o que foi a desvinculação do HRAC, quando o
1194 HU e o HRAC eram vinculados no Caderno de pautas. Depois, falaram que a
1195 Congregação da ECA, semana passada, optou por adiar essas votações do PIDV e
1196 do HU e é muito ruim que o Reitor ache que os Diretores seguirem as Congregações
1197 seja um acidente, isso não é um acidente, no fundo, uma eleição tão
1198 antidemocrática como é a dos Diretores de Unidade, garantir que eles representem
1199 o que a comunidade universitária de cada Unidade tem em mente é mais do que
1200 necessário, e é muito ruim que Reitor também classifique dessa maneira. Em quarto
1201 lugar, faço parte da Comissão dos 80 anos da USP, eleita nesse Co, que visa
1202 comemorar o aniversário da USP e nessa Comissão nunca faltou dinheiro, nunca se
1203 falou que a USP está em crise, nunca se falou que não tinha verba para fazer
1204 projetos, acho que é bom termos em mente isso. E, também, avisar quem não sabe,
1205 que o TRT determinou hoje, que a USP pagasse o corte do ponto dos funcionários e
1206 julgou esse procedimento ilegal. E, por último, lembrar ao Co e, também, ao Reitor,
1207 de que as pautas para conseguirmos resolver esse impasse não giram em torno do
1208 reajuste salarial apenas, também tem a abertura do livro de ponto da USP. Como o
1209 companheiro falou, não conseguimos ter certeza do que está acontecendo, se não
1210 temos um acesso preciso. Estava presente no Co que votou o Orçamento e lembro-
1211 me que não sabíamos quanto a USP recebia de Fundações e não sabíamos quanto
1212 ela gasta com terceirização, o que é também muito complicado. E tem a questão do
1213 aumento do repasse de ICMS do Governo de São Paulo. Proponho que façamos
1214 uma moção aqui, reiterando ao Governador Geraldo Alckmin que aumente o
1215 repasse de ICMS para a USP, porque não é possível, em um contexto de crise,
1216 enxugarmos o quadro de trabalhadores, cortar mais um pouco o quadro, sendo que
1217 nos últimos anos o número de alunos aumentou e o de trabalhadores diminuiu.”

1218 **Cons. Naiara Schranck do Rosário:** “Queria começar falando que acho que seria
1219 uma grande negligencia se votássemos a favor do PIDV, primeiro porque é uma
1220 discussão que não foi feita amplamente na comunidade universitária e é uma
1221 questão de desrespeito, principalmente aos trabalhadores, aos funcionários da
1222 Universidade, e não estamos levando em conta o posicionamento deles. O segundo
1223 ponto, queria dizer que foi dito bastante que o PIDV ia trazer progresso e
1224 modernização para a USP, mas o meu questionamento é como cortar funcionário da

1225 Universidade trará modernização. Pelo contrário, fica muito claro para mim que vai
1226 trazer o sucateamento da Universidade, acho muito problemático que a USP, uma
1227 universidade de excelência, uma das melhores universidades do mundo, perca a
1228 sua qualidade. Outro ponto que queria trazer é o problema do livro de contas,
1229 porque acho que não podemos tomar uma decisão como essa, sem saber com
1230 clareza quanto a Universidade tem de dinheiro, porque os dados que temos são
1231 contraditórios, não são claros. De forma que queria, também, pedir a abertura do
1232 livro de contas e, para finalizar, acho que só poderemos votar o PIDV quando
1233 tivermos transparência na Universidade, levando em conta, principalmente, a opinião
1234 dos funcionários.” **Cons. Joaquim José Martins Guilhoto**: “Gostaria de dar opinião
1235 favorável ao PIDV e a todo esse processo. E tem dois assuntos importantes, que
1236 sempre aprendemos em economia, que em uma execução orçamentária as pessoas
1237 respondem a incentivos e outro assunto importante é que as pessoas também
1238 aprendem, em momentos de crise, a reagir e a crescer. No caso, por exemplo, da
1239 execução orçamentária que é dada pela Universidade, a questão essencial é que
1240 encontremos formas de, efetivamente, fechar o orçamento. Isso é fundamental, não
1241 existe orçamento sem limite. Do meu ponto de vista, o Estado já está no seu limite
1242 em termos de recursos destinados para a Educação. Acho que é um absurdo, uma
1243 irresponsabilidade como instituição, pedirmos mais verba para o Governo, temos
1244 que trabalhar com aquilo que temos disponível. Por outro lado, o PIDV é um
1245 programa de incentivo em que cada um vai decidir, dentro do seu orçamento, da sua
1246 perspectiva de vida, se é importante, se vai aderir ou não. Não é nada que é tornado
1247 obrigatório e, por outro lado, acredito que a Universidade vá fazer um processo de
1248 modernização e de ajuste dos seus recursos e funcionários, como já foi mencionado.
1249 De forma que deixo aqui o meu apoio ao processo todo.” **Cons. Marcela Silva**
1250 **Carbone**: “Na semana passada muitos disseram que eu não era membro do
1251 Conselho, agora estou aqui, inclusive como uma demonstração de que o erro não foi
1252 meu, mas sim do próprio Conselho, mas já está tudo resolvido.” **Secretário Geral**:
1253 “Não foi erro, se quiser explico direitinho.” **Cons. Marcela Silva Carbone**: “Não, tudo
1254 bem, podemos tratar disso depois, quero usar o meu tempo.” **M. Reitor**: “Isso é uma
1255 acusação indevida à Presidência e à Secretaria Geral. Somente ontem chegou a sua
1256 indicação e, imediatamente, a Secretaria Geral providenciou a publicação no Diário
1257 Oficial, de tal maneira que aquela publicação que a senhora exibiu na última reunião
1258 não tinha o efeito que teve essa.” **Secretário Geral**: “Era a indicação do exercício

1259 anterior e a Conselheira Marcela sabe disso.” **Cons. Marcela Silva Carbone**: “Tudo
1260 bem, gostaria de usar meu tempo de fala.” **M. Reitor**: “Esclarecido esse ponto e a
1261 senhora admitindo que a Mesa tem razão, a senhora continuará a palavra.” **Cons.**
1262 **Marcela Silva Carbone**: “Eu não posso ter a minha opinião?” **M. Reitor**: “A senhora
1263 pode ter opinião, mas não pode acusar a mesa.” **Cons. Marcela Silva Carbone**:
1264 “Mas quero garantir o meu direito de fala.” **Secretário Geral**: “Pois não, continue.”
1265 **Cons. Marcela Silva Carbone**: “Por conta de toda essa discussão que estamos
1266 fazendo sobre o PIDV, quero colocar algumas opiniões. Sou representante dos
1267 estudantes e, muito mais no sentido da delegação que a Profa. Arminda colocou no
1268 começo, porque eu estou aqui apenas como uma porta voz de muitos estudantes
1269 dessa Universidade, que como todos devem saber, estamos em greve há mais de 3
1270 meses e a representatividade dos discentes e dos funcionários é bastante grande.
1271 Estou falando com os conselheiros, expressando a opinião de muitas pessoas dessa
1272 Universidade. O que foi apresentado é que o PIDV seria uma medida compensatória
1273 para o reajuste salarial, dada a crise na Universidade. A reflexão que quero fazer é
1274 que isso tudo se justifica quando partimos do princípio de que o problema da crise
1275 da Universidade está na folha de pagamento e está relacionada ao problema dos
1276 funcionários. Em primeiro lugar, como o Marcelo bem colocou, os funcionários não
1277 são apenas números, mas são quem sustenta essa Universidade. A segunda coisa,
1278 é que essa crise é, na verdade, fruto de um processo de expansão da Universidade
1279 que não foi acompanhada de investimentos correspondentes. Temos até dados de
1280 que houve uma expansão, do ponto de vista da graduação, em 83%; no mestrado
1281 em 63%; no doutorado em 231%, enquanto que, do corpo docente, apenas 4% e, do
1282 ponto de vista dos funcionários, teve uma redução de 5%. Isso já demonstra quais
1283 são as intenções com relação aos quadros dos funcionários dessa Universidade
1284 durante todo esse processo de expansão. Vem acontecendo uma expansão e, ao
1285 não ter investimento e ao reduzir os quadros dos funcionários, o que vem
1286 acontecendo aos poucos é uma precarização dentro da Universidade. E com a
1287 demissão de mais de dois mil funcionários, a qualidade da nossa universidade vai
1288 reduzir. O atendimento no ensino e na pesquisa vai ficar cada vez mais precário, os
1289 funcionários que permanecerão ficarão sobrecarregados, e isso tem por trás,
1290 também, algo muito sério que trata da substituição destes funcionários que vão ser
1291 demitidos, como se dará essa substituição? Com terceirização, outra forma de
1292 precarização das condições de trabalho, além de todo o impacto social, que vai

1293 gerar uma série de demissões dentro da Universidade, porque significa que todas as
1294 equipes vão ter menos produção de conhecimentos, que tudo isso vai estar
1295 comprometido. Não vejo o PIDV como uma medida compensatória, mas sim como
1296 um ataque aos funcionários e à excelência dessa Universidade. De forma que queria
1297 entender por que, ao invés disso, não se pede, de uma vez por todas, para o
1298 Governador, mais investimentos para salvar a Universidade da crise? Isso, inclusive,
1299 é uma pauta histórica, já que há um processo de expansão de mais de 20 anos
1300 nessa Universidade, que o investimento não acompanha e, com isso, não tem nada
1301 mais evidente do que uma crise. É preciso ter mais investimento e democracia na
1302 Universidade.” **Cons. Marcos Nogueira Martins:** “Queria me manifestar sobre o
1303 PIDV, principalmente, esclarecendo sobre o item I e V. Incentivo à demissão
1304 voluntária, então ninguém está mandando ninguém embora, sem que o servidor
1305 assim o deseje e esse é o compromisso. Queria parabenizar o Prof. Vahan pela
1306 apresentação, que foi muito boa. E se achasse que o plano fosse ruim, não estaria
1307 preocupado, meu problema é que acho que ele é muito bom e muita gente vai
1308 querer sair. No caso do IF em particular, temos 71 servidores que poderão,
1309 eventualmente, se lançar no plano. Preocupo-me, pois esse plano vai ser muito
1310 satisfatório e acho que a maior parte deles vai querer entrar. Destes 71 servidores,
1311 28 - ou seja, 40% - são funcionários ligados às atividades-meio, são funcionários
1312 administrativos; os outros 60 % são ligados às atividades-fim, são servidores que
1313 trabalham em laboratórios de pesquisa e didáticos e a ausência deles irá
1314 comprometer o funcionamento da pesquisa e do ensino no Instituto. Um dos itens
1315 que o Prof. Vahan colocou na sua apresentação era a modernização dos processos.
1316 Temos um funcionário que me deixa muito preocupado, ele trabalha no laboratório
1317 que coordeno, por isso estou tão ciente desse problema, ele é responsável pelo
1318 sistema de controle de um acelerador de elétrons que construímos no Instituto, ou
1319 seja, é um cara que trabalha em modernização de processo. O acelerador que
1320 temos lá hoje opera com um terço dos funcionários que tínhamos no laboratório na
1321 década de 90, quando era outro acelerador. Reduzimos, otimizamos muito o nosso
1322 número de funcionários, portanto atendemos ao quesito modernização do processo.
1323 Preocupo-me também com outro tópico que tinha apresentação do Prof. Vahan -
1324 ‘garantir as atividades-fim’ -, porque as nossas atividades-fim vão sofrer bastante.
1325 Além do laboratório do acelerador nuclear, vamos ter outros, do IF, que serão muito
1326 prejudicados, como o Laboratório de Pesquisas do Grupo de Física Atmosférica, do

1327 Prof. Paulo Artaxo, em que três dos funcionários que ele tem – que, semana
1328 passada, estavam na Amazônia fazendo pesquisas - dois vão poder entrar no PIDV.
1329 E muitos outros laboratórios, como o de Baixas Temperaturas, inclusive o Didático e
1330 o pessoal ligado ao ensino de Física, que têm duas educadoras que também
1331 poderão entrar. Então, são muitas atividades que serão potencialmente
1332 prejudicadas. Se achasse que o projeto fosse ruim, não estaria preocupado, mas
1333 acho que o pessoal vai querer sair. De forma que tenho uma proposta a fazer, não
1334 sei se é viável, mas que o PIDV seja apresentado apenas para funcionários ligados
1335 às atividades-meio, pelo menos no caso da Física, que têm muitos laboratórios,
1336 corresponderia a 40%, na Reitoria seria 100% e em outros institutos seria quase
1337 isso, estaria mais para cima dos 50%. Não sei se isso é viável, se não for, peço que
1338 reconsideremos esse plano ou paremos para pensar, para dar tempo de avaliarmos
1339 o efeito que isso vai ter nas atividades-fim da Universidade.” **M. Reitor:** “Queria dizer
1340 que não temos mais tempo, ou decidimos hoje, ou amanhã o Reitor não tem
1341 condições de dar continuidade àquilo que precisa ser feito. Hoje, a Universidade tem
1342 que dar essa resposta. Obviamente, estamos preocupados com as mesmas coisas
1343 que o senhor, não há nenhuma dúvida, mas estamos também muito preocupados
1344 com o fato de que há muitos cursos em andamento que precisam de novos
1345 professores, que não podem ser contratados. De forma que temos que buscar uma
1346 solução intermediária, garantimos que nenhuma área da Universidade será
1347 paralisada com esse plano. Não há nenhuma possibilidade de que 40% ou 60% dos
1348 servidores do IF vão entrar nesse plano. Não há nenhuma perspectiva de que um
1349 laboratório será paralisado. Trabalharemos com isso, mas não há nenhuma dúvida
1350 de que isto não será amanhã ou depois de amanhã. Hoje, a Universidade terá que
1351 dar uma resposta ao Reitor. O Conselho terá que dar uma resposta, sim ou não,
1352 pura e simplesmente.” **Cons. Marcos Noqueira Martins:** “O número de funcionários
1353 do IF é 20% desse total. Os 40% são ligados às atividades-meio.” **M. Reitor:** Agora
1354 é mais uma questão de encaminhamento, já ouvimos suficientemente, os
1355 comentários não estão se inovando, estão se repetindo. Precisamos encerrar a
1356 discussão e encerraremos ouvindo um encaminhamento favorável, depois da
1357 Conselheira Neli.” **Cons.^a Neli Maria Paschoarelli Wada:** “Em uma bela noite,
1358 também solitária, olhei um *site* na internet denominado ‘USP Vende’ e me deu uma
1359 curiosidade e abri. Nesse *site* tinha: ‘USP vende os hospitais universitários’, ‘USP
1360 vende os museus’, ‘USP vende os empregos’, ‘USP vende postos de trabalho’, e

1361 fiquei muito frustrada, inclusive fui atrás, porque achei que era um absurdo alguém
1362 colocar isso contra a nossa Universidade, mas agora estou vendo que quem
1363 elaborou esse *site*, tinha conhecimento das coisas. Gostaria de dizer aos gestores
1364 da Universidade, que entendem que estão em uma empresa - porque foi isso que li
1365 em um dos documentos distribuídos sobre o PIDV, falava empresa - e querem
1366 implementar métodos de enxugamento no quadro de recursos humanos para
1367 fazerem caixa ou terem lucro, estão equivocados. Sugerimos que os inventores do
1368 PIDV peçam demissão voluntária, sem levar um centavo sequer da USP, acumulem
1369 competência em recursos humanos, equilibrando despesas e concorram a uma vaga
1370 na iniciativa privada, nas grandes empresas, nacionais e até nas multinacionais. Não
1371 aceitaremos ser cobaias de gestores que hoje fazem parte de um poder autoritário e
1372 tentam se enriquecer no mercado reconhecido por eles, vendendo os nossos
1373 empregos. O mundo jurídico da USP e fora da USP já se manifesta e, no caso
1374 específico da USP: 'o PIDV é totalmente ilegal e mesmo imoral. Pretender solucionar
1375 os problemas orçamentários da instituição, impondo, unilateralmente, sacrifícios
1376 apenas aos trabalhadores, é ilegal. Uma política ética e moral de sacrifícios
1377 juridicamente válida começaria, caso efetivamente fosse necessária, com cortes nos
1378 denominados supersalários dos funcionários e professores, no corte dos contratos
1379 milionários com empresas terceirizadas.' Vou citar uma empresa terceirizada, a
1380 Emtel, Empresa de Telecomunicações, que fatura 500 mil reais por mês. Ela tem
1381 uma folha de pagamento de apenas 22 mil reais por mês e está há 4 meses - o
1382 Secretário Geral teve o prazer de conhecer todos os seus funcionários, em um belo
1383 dia desses - sem pagar salários, sendo que fatura 500 mil reais por mês. Cortar os
1384 altos valores das diárias de viagens - agora que começaram a abrir a caixa preta dos
1385 números da Universidade, sabemos que os valores das diárias são altos - e tem que
1386 combater a corrupção dentro da Universidade e outros elementos que corroem a
1387 USP. Somos contra o PIDV, que significa demissão, fechamento de postos de
1388 trabalho. Por que o Reitor pretende revogar a portaria que não contrata mais
1389 funcionários? Não. O senhor disse que não antes. E o avanço do processo de
1390 terceirização e a precarização do trabalho, que também conhecemos dentro da
1391 USP? Queremos que o dinheiro que será gasto com o PIDV seja destinado a
1392 pesquisas contra doenças, como, por exemplo, o ebola que tanto a humanidade
1393 necessita." **M. Reitor:** "Vamos fazer um encaminhamento para votação, convido
1394 qualquer um dos inscritos ou não que queira falar contrariamente e convidarei o

1395 Prof. Laerte Sodré, que não vai falar a favor, mas daremos a palavra a ele antes do
1396 encaminhamento, e convidarei mais um contrário e, com isso, encerramos a
1397 discussão.” **Cons. Laerte Sodré Júnior:** “Quero deixar claro que não estou falando
1398 em nome da COP. O ponto é o seguinte, em função da minha experiência como
1399 Diretor do IAG e na COP, evidentemente, estamos em uma crise profunda, na qual
1400 não existe nenhuma solução fácil. Estamos gastando 90 milhões de reais por mês
1401 da nossa reserva. É só fazer uma regra de três que em 20 meses acaba esse
1402 dinheiro, como foi apresentado. O único jeito de resolver esse problema é reduzir o
1403 estoque da folha de pagamento em geral; e existem várias maneiras de fazer isso, o
1404 PIDV, no meu entender é a menos dolorosa, principalmente porque é voluntário. E,
1405 se terá consequências ruins, como apresentadas pelos colegas da FZEA e pelo
1406 Conselheiro Marcos, sem PIDV ou sem algum tipo de medida compensatória,
1407 renovar o quadro técnico, por exemplo, não será possível, quero dizer, uma ação
1408 como a do PIDV vai possibilitar que a Universidade tenha um futuro, porque, no
1409 momento, o único futuro que tem é igual a isso que estamos passando, estamos
1410 quase no volume morto. Outras soluções como, por exemplo, cortar o cartão
1411 alimentação, é uma medida muito pior que o PIDV, porque atinge horizontalmente
1412 todo mundo, penalizando justamente quem ganha menos. Qual é a consequência de
1413 não tomarmos nenhuma medida compensatória? É a queda da Universidade. E o
1414 que significa isso? É o fim da autonomia. É nisso que tenho insistido para o jogo dos
1415 inimigos da Universidade pública e gratuita. A USP chegou onde está graças à
1416 autonomia que conquistou nos anos 80 e se entrarmos em falência financeira, a
1417 primeira consequência será o fim da autonomia econômica e, conseqüentemente,
1418 com tudo o que vem atrás, a autonomia política e acadêmica. Finalmente, gostaria
1419 de falar uma coisa que tem a ver com a questão de decisões. Decisão depende de
1420 informação, informação é uma coisa dinâmica, então não tem sentido congelar uma
1421 decisão, isso tem não só base sociológica, como apontou a Professora. Maria
1422 Arminda, mas, também, base matemática, o Teorema de Bayes permite colocar isso
1423 de forma bastante clara. Até sugiro ao Prof. Dr. Martin Grossmann, nosso colega do
1424 IEA, que poderia organizar um seminário sobre isso, onde pudéssemos discutir a
1425 questão da decisão, usando todo o conhecimento acadêmico que temos aqui.”
1426 **Secretário Geral:** “Então para encaminhamento contrário à aprovação do PIDV, o
1427 representante dos servidores, Bruno Sperb, da FFLCH.” **Cons. Bruno Sperb**
1428 **Rocha:** “Em primeiro lugar, não entendo porque o Co insiste em fingir que essa é a

1429 única alternativa para responder à crise orçamentária da Universidade. Semana
1430 passada o Conselho Universitário da Unesp aprovou, integralmente e por
1431 unanimidade, o documento de propostas do Fórum das Seis para ser encaminhado
1432 ao Governo, pedindo a correção e o aumento do repasse de verbas para a
1433 Universidade. Fingindo que o PIDV é a única alternativa, vinculado à discussão
1434 sobre reajuste salarial, é uma coisa bem simples: chantagem. Em segundo lugar, o
1435 argumento central sobre modernização, apresentado pelo Prof. Vahan, Vice-reitor,
1436 em minha opinião, é ridículo. Não existe nenhuma relação de causa e efeito entre as
1437 coisas, senão a relação implícita de que, como haverá uma grande dificuldade de
1438 fazer as coisas continuarem funcionando, vai ter que mudar muita coisa, para
1439 responder à necessidade de olhar para essa dificuldade. Fora isso, não há uma
1440 relação de causa e efeito entre as duas coisas. Por último, antes de falar minha
1441 opinião, queria fazer uma referência à fala do Prof. Floriano e várias outras que
1442 insistiram em falar do voluntário dessas demissões, isso não é verdade, isso é
1443 absolutamente formal e não prático. Não há nada de voluntário na demissão de um
1444 funcionário do HRAC, que agora terá seu quadro posto em extinção ao longo dos
1445 próximos anos, tendo que decidir se sai agora com dinheiro ou se sai depois sem
1446 nenhum, isso em relação aos hospitais universitários, que estão ameaçados para
1447 daqui um mês. E, no geral, é bem mais, porque existe uma coisa que é
1448 institucionalizada aqui na USP, que é o assedio moral com os trabalhadores, para
1449 fazê-los aceitar alternativas que não lhes convém. Também é inverdade que é uma
1450 decisão individual aderir a isso, esse é um programa coletivo para demissão em
1451 massa e não uma medida para demissões individuais. Dito tudo isso, primeiro, o
1452 documento apresentado no Co prevê, além de um grupo prioritário de 1700
1453 trabalhadores, que em uma primeira fase, será empenhado 400 milhões de reais
1454 para isso, faz projeções sobre comprometimento, considerando o congelamento de
1455 todas as contratações até 2018. Então são, oficialmente, 2800 postos de trabalho,
1456 mais 1700 do HU, mais 800 e tantos do HRAC, mais 4 anos de congelamento de
1457 contratações. Só nisso, que é o que está em discussão para a esse mês, temos um
1458 enxugamento de mais de um terço do quadro de funcionários da Universidade. A
1459 analogia jurídica que a companheira Paula fez é pertinente, não porque aqui seja
1460 uma empresa em falência, mas porque até no caso - que não é o nosso, seria muito
1461 pior – de uma empresa em recuperação financeira, a legislação tem limite para esse
1462 tipo de coisa; cito o documento feito pelo Prof. Jorge Luiz Souto Maior: 'Do ponto de

1463 vista estritamente jurídico, para alcançar a validação de uma negociação neste
1464 sentido, é preciso que: esteja inserida em um contexto de reestruturação e
1465 redirecionamento da empresa; implique sacrifícios recíprocos, impondo reduções, na
1466 mesma proporção, a diretores, sócios e acionistas; seja baseada em necessidade
1467 econômica devidamente comprovada, não induzida por práticas reiteradas de
1468 desrespeito ao ordenamento jurídico ou atos irresponsáveis; esteja acompanhada de
1469 plano que estabeleça uma projeção de recuperação do nível de emprego anterior,
1470 em prazo determinado, que é o contrato e a situação em que está colocada, seja
1471 autorizada por assembleia geral da qual participem também os empregados não
1472 sindicalizados; respeite de forma plena o direito a informação - que é o oposto do
1473 que acontece aqui -, seja precedida de estudos concretos acerca da viabilidade da
1474 empresa e da eficácia econômica da medida adotada; seja, enfim, baseada em boa-
1475 fé'. Pois bem, boa parte dos responsáveis por essa crise financeira segue, diga-se
1476 de passagem, na gestão atual da Universidade e nesse Conselho Universitário. As
1477 atas da COP, ao longo de 4 anos, não falaram nada sobre crise, os contratos com
1478 as terceirizadas, as obras, as fundações, as negociatas, nada disso é investigado,
1479 só as contratações de funcionários. A abertura de contas, da qual a companheira se
1480 referiu, que é um desrespeito ao direito à informação, não se menciona aqui. Há um
1481 pedido de mais verbas para as universidades públicas, que segue sendo ignorado.
1482 Vou ler a transcrição da fala do desembargador Davi Furtado Meirelles, do TRT, na
1483 semana passada, transcrição do registro feito pela imprensa cedida ao sindicato
1484 '105, 110% não há problema, a USP ainda tem que se ver ..." O **Secretário Geral**
1485 avisa que o tempo do Conselheiro acabou. "Concluindo a citação '...vai ter que se
1486 ver com seus órgãos governamentais, Secretaria de Educação, Secretaria de
1487 Planejamento, Secretaria de Orçamento. Tem que resolver desse lado, não pode é o
1488 servidor ficar paralisado, uma greve prejudica não só a ele, mas à comunidade. Os
1489 trabalhadores não podem pagar a conta, se não houve planejamento financeiro.'
1490 Outros argumentos foram colocados, como o número de funcionários, que é menor
1491 do que há 25 anos atrás, sendo que nesse período, o número de estudantes dobrou;
1492 o impacto para os trabalhadores..." Novamente o **Secretário Geral** avisa que o
1493 tempo está esgotado. "...é enorme para o funcionamento das Unidades e para o
1494 atendimento à população também. Esse é um dos maiores ataques dos últimos anos
1495 à universidade pública em São Paulo." Ato seguinte, o **M. Reitor** passa à votação do
1496 parecer da COP, favorável à criação do PIDV e autoriza o uso de 400 milhões das

1497 reservas, para a implementação do PIDV. **Votação.** Pelo painel eletrônico obtém-se
1498 o seguinte resultado: Sim = 71 (setenta e um) votos; Não = 30 (trinta) votos;
1499 Abstenções = 4 (quatro); Total de votantes = 105 (cento e cinco). É aprovada a
1500 proposta de criação do Programa de Incentivo à Demissão Voluntária (PIDV), bem
1501 como a autorização para o uso, relativo ao exercício de 2015, de R\$ 400 milhões
1502 das reservas da USP, para implantação do referido Programa. **Cons. Douglas**
1503 **Emygdio de Faria:** “Dando continuidade à minha questão, queria perguntar para o
1504 Prof. Geraldo sobre a proposta de número 7, que, a meu ver, não foi incluída nas 5
1505 que resumiram a avaliação.” **Cons. Geraldo Roberto Martins da Costa:** “Gostaria
1506 de responder ao Prof. Douglas que na minha explanação comentei que algumas
1507 propostas, embora não tivessem sido consideradas por não atuarem direto nos
1508 índices, estavam sendo, sim, consideradas para as discussões de outubro. Estou
1509 com todos os *e-mails* aqui caso alguém tenha alguma dúvida em relação às suas
1510 propostas. A FZEA coloca aqui, na verdade, cinco perguntas, por exemplo: porque
1511 os servidores celetistas não são incorporados na SPPREV, como fez a Unesp e
1512 assim sucessivamente. Então, não foi uma proposta de índices diretamente, mas
1513 uma sugestão de estudos posteriores, para uma segunda fase, que com certeza
1514 serão utilizados. Sua proposta não é uma indicação de índice direto e será levada
1515 em consideração para estudos futuros, pela sua importância.” **Cons. Neli Maria**
1516 **Paschoarelli Wada:** “Gostaria de defender a proposta do Fórum das Seis, nem vou
1517 argumentar, porque todos já conhecem os argumentos, mas gostaria de alertar os
1518 senhores conselheiros e as senhoras conselheiras de que a Reitoria, o Reitor não
1519 apostou no diálogo, nem nas negociações, encaminhando a greve ao judiciário, ele
1520 judicializou a greve e tivemos uma audiência de conciliação. A USP não apresentou
1521 nada, sob o argumento da crise financeira. Esse processo foi encaminhado para o
1522 Núcleo de Negociação Coletiva e também a Universidade não apresentou nada.
1523 Ontem, foi publicado dois pareceres, um do Ministério Público e outro da
1524 desembargadora relatora do processo. Faço essa observação, porque me parece
1525 que a USP sempre foi legalista, sempre dá suas desculpas baseada na lei, certo? Já
1526 que o Reitor disse que todos aqui incorreríamos em improbidade administrativa,
1527 caso déssemos aumentos que não fossem de acordo com a real situação financeira
1528 da Universidade, espero que vocês tomem uma decisão correta, para que amanhã
1529 não tenhamos que retomar novamente as discussões. Mas os trabalhadores, já que
1530 mandaram para a justiça, agora estão acreditando que a justiça que dialogou, fará

1531 justiça.” **Cons. Carlos Alberto Ferreira Martins**: “Gostaria de observar que
1532 encaminhei um proposta que apenas aparentemente estaria incluída, esclarecendo
1533 à COP, no item 4, utilização das chamadas reservas de ajustes e dos rendimentos
1534 financeiros das reservas. Aparentemente, a COP entendeu que a proposta seria a
1535 de transformar a transposição dos rendimentos financeiros para a alínea 1.4 em um
1536 índice de reajuste, o que em nenhum momento foi proposto. Não foi proposto isso,
1537 pela razão de que sabemos que atualmente, em termos legais, como sobretudo em
1538 termos institucionais, o reajuste deve ser proposto pelo conjunto das três
1539 universidades. Portanto, em princípio, em que pese a decisão do M. Reitor, de
1540 solicitar a esse Conselho Universitário sua manifestação, mantém um entendimento
1541 de que o fundamental é que haja a definição do índice, no âmbito do CRUESP e isso
1542 é absolutamente imprescindível para a preservação da autonomia das três
1543 universidades. Este Conselho pré-definir o índice proposto pela COP ou qualquer
1544 outro constituiria na marra a atuação do Reitor. Pessoalmente, temo que a
1545 concessão, nesse momento, do índice Fipe é o passo mínimo, mas imprescindível
1546 para que avancemos em um dos princípios fundamentais que devem nortear a
1547 Universidade, que é a preservação, tanto quanto possível, da corrosão inflacionária
1548 dos salários que são, em última instância, a retribuição que a Universidade deve
1549 àqueles que, consensualmente, consideramos o grande patrimônio dessa
1550 Universidade. É a capacidade intelectual, técnica, artística e científica de todos os
1551 nossos trabalhadores, que constituem o nosso grande patrimônio e, portanto, é
1552 imprescindível que a Universidade faça também, a par do esforço de contenção de
1553 despesas, um esforço no sentido do reconhecimento da importância e o
1554 compromisso fundamental de preservar as condições de vida e trabalho dos nossos
1555 trabalhadores, servidores técnicos e administrativos e docentes. Foi-nos informado,
1556 reiteradamente, que o item 1.4, onde está a reserva de reajuste, já foi esgotado, por
1557 isso retomo o tema da minha proposta de que deve haver previsão orçamentária
1558 para um reajuste, que o Co tem que aprovar uma suplementação orçamentária para
1559 dar cobertura legal para a proposta que nesse momento é apresentada pela COP.
1560 Se em outro momento se utilizaram recursos diretamente das reservas para
1561 qualquer outra finalidade, isto não lhe garante legalidade e, certamente, não é algo
1562 que devêssemos fazer nesse momento. Assim, insisto que vou votar favoravelmente
1563 à proposta da concessão do índice Fipe, entendo que é o mínimo que se deve de
1564 reconhecimento aos trabalhadores, funcionário e também docentes, mas acho

1565 imprescindível que o Conselho também aprove uma suplementação orçamentária,
1566 de forma que, no momento em que o M. Reitor, em conjunto com os reitores das
1567 outras duas universidades, opte por esse índice ou outro, ele tenha respaldo
1568 orçamentário para fazê-lo.” **M. Reitor:** “Vamos continuar a discussão, mas é
1569 necessário que fique muito claro o que o Reitor espera desse plenário. É a fixação
1570 de um índice máximo de reajuste, que eu possa oferecer amanhã, juntamente com
1571 os outros dois reitores da Unesp e da Unicamp. A parte de todas as considerações,
1572 de todas as análises, inclusive as conceituais, do ponto de vista prático, o que
1573 interessa amanhã, na hora que sentarmos lá é que o Reitor da USP possa dizer: ‘o
1574 Co me autorizou oferecer até tanto por cento de reajuste salarial’. É essa resposta
1575 que gostaria de ouvir desse Conselho hoje. Todas as demais questões são
1576 interessantes, gostaria muito de continuar discutindo isso longamente.” **Cons.**
1577 **Marcos Nogueira Martins:** “Desculpe senhor Reitor, mas entrarei em uma
1578 discussão que não é tão objetiva quanto seu pedido. Refere-se ao que foi
1579 apresentado pelo presidente interino da COP – e é mais uma dúvida na verdade –,
1580 pois faz tempo que estou na Universidade e já passei por diversos destes
1581 movimentos salariais. Recordo-me que há uns dez ou quinze anos havia uma
1582 campanha da ADUSP que se referia ao comprometimento da USP com os salários
1583 que, na época, era 88%. Eles diziam que tinha muito espaço para dar reajuste, uma
1584 vez que o comprometimento era apenas 88% e havia sido muito mais alto do que
1585 isso nos anos anteriores. Noto, no que foi apresentado aqui pela COP, que o
1586 comprometimento – no melhor dos cenários, contando com o PIDV e o reajusto só
1587 pelo IPC-FIPE – em 2017 é 86,5% e em 2018 83,5%, mas só em 2018 que as
1588 reservas começam a se recompor. Entendo deste gráfico que o comprometimento
1589 de 86,5% da folha já causa déficit. O que mudou nos últimos quinze anos? Afinal, se
1590 o comprometimento está em 86% e a reserva continua caindo é porque está sendo
1591 gasto mais dinheiro que está entrando. Isto está me causando estranheza, por isso,
1592 pergunto à COP o que mudou nestes 15 anos onde 88% representava um capital
1593 que estava sobrando e agora 86,5% indica falta?” **M. Reitor:** “É claro que se a COP
1594 puder contribuir é muito interessante, mas em 2010 o comprometimento com a folha
1595 era de 80% e, naquele ano, tivemos um superávit pequeno, cerca de 100 milhões –
1596 não me lembro em números exatos, mas bem próximo disto – no ano seguinte e no
1597 subsequente, quando ultrapassamos 85%, começou o déficit. Desta forma, o limite
1598 está entre 80%, que nos manteve mais ou menos tranquilos e equilibrados durante

1599 alguns anos, para este quando se ultrapassa 85% iniciamos o déficit. É isso que
1600 estamos demonstrando neste momento com o tamanho que a Universidade possui.
1601 Não sei o quanto as experiências do passado podem ser trazidas, mas certamente
1602 acima de 85% começamos a usar da reserva, ao menos é o que parece e se alguém
1603 quiser acrescentar alguma informação útil será bem vinda.” **Cons. Geraldo Roberto**
1604 **Martins da Costa**: “Nos estudos realizados, trabalhamos com 15%, temos histórico
1605 de 24% e acreditamos que é possível chegar em 10%, mas temos de fechar ralos.
1606 Temos de parar de pagar passagens para pesquisadores com verba USP e utilizar
1607 verbas da FAPESP, ou ainda, sanar a utilização de carros indevidamente. Se
1608 começarmos a fechar os nossos ralos – que são muitos – com certeza
1609 conseguiremos trabalhar abaixo de 11% e 10%. Com apoio de cada diretor, de cada
1610 dirigente, se cada um verificar exatamente o que acontece na sua unidade para que
1611 possamos sair deste valor alto, de fato, trabalhando com a faixa de 10%, que é o
1612 razoável. Então, só depende de vocês, não depende da COP, nós trabalhamos com
1613 um número médio de 15%, que é ainda um número apertado. Desta forma, temos
1614 10% de custeio, 10% é um número razoável, apertado, mas com uma situação muito
1615 boa, mas isto depende de cada um de vocês.” **Cons. Carlos Eduardo Garisto de**
1616 **Nicola**: “Inicio minha fala lembrando a todos os conselheiros que no último Co –
1617 além das barbaridades que o Reitor fez, além de ter convocado a PM para fazer a
1618 segurança, como faz neste aqui – no final da sessão ele pediu para o Procurador
1619 Geral da USP dar um recado. O Procurador veio e o que ficou entendido é que neste
1620 Co de hoje iríamos votar a proposta que o Reitor iria levar para o CRUESP. Ele
1621 deixou claro que o que quer que saia daqui será responsabilidade nossa e o
1622 Procurador reafirmou isso. Eu digo a vocês conselheiros que estamos em um
1623 movimento, nesta Universidade, assim como na UNICAMP e na UNESP, de mais de
1624 cem dias. Então, foi possível a mais de um *campi*, a mais de um curso, refletir sobre
1625 o que está acontecendo na USP. Isto chegou até a Medicina na USP, até meu curso
1626 de Publicidade na ECA, nas diversas congregações, e pudemos ter ideia e,
1627 inclusive, incorporar formulações históricas da ADUSP e do SINTUSP, neste
1628 processo. Mas em um ato desleal o Reitor, depois de cem dias, nos encarrega de
1629 decidirmos o que ele levará na reunião do CRUESP, sendo que ele próprio não foi a
1630 uma ou duas reuniões nos últimos tempos; inclusive, não compareceu quando a
1631 Assembleia Legislativa do Estado o chamou. O que acho que podemos fazer depois
1632 deste ato desleal do Reitor é sermos um pouco mais leais e um pouco mais

1633 sensíveis ao movimento que está acontecendo, isto é, votar pela proposta do Fórum
1634 das Seis. O Reitor mesmo pautou que o Co deve votar a proposta máxima que ele
1635 irá levar e, não por acaso, a proposta do Fórum das Seis é a maior de todas elas,
1636 em consonância com a UNICAMP, com a UNESP e com aquilo que o movimento de
1637 funcionários e estudantes da USP tem pautado nos últimos dias.” **Cons.ª Paula**
1638 **Zugaib Destruti**: “Queria me referir a mais alguns aspectos que estão ligados ao
1639 reajuste, dentre os quais, a importância da proposta do Fórum das Seis, ainda que
1640 ela seja apresentada como teto máximo, quando deveríamos estar discutindo um
1641 teto mínimo. Compreendo que a proposta do Fórum das Seis tende a ser a melhor,
1642 porque o PIDV, infelizmente, foi aprovado. Isto implica, do ponto de vista de quem
1643 trabalha na USP, uma carga de trabalho maior, afinal quem já estava na USP e
1644 conhecia as dificuldades de exercer o trabalho que havia naquele tempo. Agora,
1645 com menos pessoas trabalhando, ficará ainda maior a carga de trabalho, o que
1646 significa uma maior jornada de trabalho. Ocorre que se fizermos uma maior jornada
1647 de trabalho e só repusermos a inflação, esse aumento da jornada de trabalho não
1648 estará equiparado a um aumento salarial, o que significa isso? Nós estaremos
1649 depreciando o trabalho, do ponto de vista legal, não só do ponto de vista das
1650 pessoas e dos funcionários da USP. A inflação é o índice de medição econômico,
1651 isso significa que ela é o preço na sua cidade. Quando aumenta o preço da força de
1652 trabalho, no caso dos salários dos trabalhadores, aumenta todos os outros preços
1653 nesta cidade, os preços que fornecem o ICMS também aumentam e, portanto, a
1654 arrecadação também aumentou. Significa que recompor o trabalho da inflação é
1655 recompor um aumento meramente nominal, não significa dar acréscimo de trabalho.
1656 Percebam, é fundamental que se equipare o salário do trabalhador desta
1657 Universidade, que é um preço com todos os outros preços que custeiam esta
1658 Universidade, porque não só os trabalhadores perdem o poder de compra, a partir
1659 de agora, deverão trabalhar mais pelo mesmo salário. Desta forma, creio que
1660 devemos olhar daqui para frente que ocorreu uma diminuição salarial, pois é isso; o
1661 preço do poder de compra significa uma perda de salário, sem uma lei que o
1662 previsse, o que é ruim e, por si só, é ilegal. Mas, independente disso, agora temos,
1663 para além da não recomposição nominal e da perda salarial, maior carga de
1664 trabalho. De forma que proponho que seja aceita a proposta do Fórum das Seis
1665 como teto e que seja negociado nesta proposta, tendo em vista as pessoas que
1666 ficaram. O PIDV está claro que é, sim, uma violação dos direitos trabalhistas, pois

1667 pressupõe, na relação trabalhista, uma subordinação do trabalhador ao empregador,
1668 significa que nada é voluntário nos direitos trabalhistas, mas independente disto, o
1669 PIDV implica pioras para quem fica, em maior grau do que para quem sai, e acho
1670 que é nessas pessoas que precisamos mirar, pois são essas pessoas que vão
1671 trabalhar todos os dias e são elas que vão manter a qualidade que nos orgulhamos
1672 da Universidade. Desta forma, o dever é ainda maior, é nosso o dever de recompor
1673 o salário destas pessoas e, mais do que isso, reconsiderar este trabalho a mais que
1674 os funcionários terão.” **Cons^a. Naiara Schranck do Rosário**: “Gostaria de começar
1675 minha exposição reforçando que é uma vergonha que até o Ministério Público e a
1676 justiça tenham que dar um parecer em relação ao reajuste salarial, sendo que o
1677 Prof. Zago, que é nosso Reitor, teve todo esse tempo, todos esses meses para
1678 tentar dialogar e para tentar negociar e não o fez. Isto demonstra o quão autoritário e
1679 intransigente é nosso Reitor e a Reitoria desta Universidade, pois enquanto há um
1680 movimento da Universidade, das três categorias da Universidade, um movimento
1681 das três categorias da UNICAMP e da UNESP, exigindo o reajuste, que é algo mais
1682 democrático e mais amplo com a participação de fato da Universidade, o Reitor
1683 simplesmente vira as costas para este movimento. Não sei se todos sabem, mas
1684 está ocorrendo agora um ato com 10 mil pessoas, um ato massificado dos
1685 funcionários, dos estudantes e dos professores da USP, que, inclusive, terá a
1686 presença de figuras como Tom Zé em defesa da Universidade pública, gratuita e de
1687 qualidade. Desta forma, gostaria de fazer um apelo a este Conselho Universitário:
1688 que escute o movimento pelo menos uma vez. Estou aqui para defender a proposta
1689 do Fórum das Seis que é uma proposta democrática, pensada coletivamente por
1690 todos, na qual defendemos, de fato, a Universidade pública, porque há muito se diz
1691 que não há dinheiro, mas se não há dinheiro, por que não temos a abertura dos
1692 livros de contas, para que saibamos, de fato, se tem dinheiro ou não e para
1693 sabermos para onde foi o dinheiro da USP? Se não tem dinheiro por que não
1694 pedimos mais investimento público para o Governo, pois se o Governo tem dinheiro
1695 para arcar com as despesas do HU e do HRAC, por que ele não tem dinheiro para
1696 investir na universidade pública? Esta é a questão que deixo.” **Cons. Rubens**
1697 **Barbosa de Camargo**: “Gostaria de fazer das minhas as palavras do Conselheiro
1698 Carlos Martins, pois me parece bastante ponderado o posicionamento com relação
1699 àquilo se fazer na proposta de amanhã. Para além desta proposta, entendi que há
1700 um limite superior, embora na minha Unidade, a Faculdade de Educação, temos a

1701 Escola de Aplicação e se, eventualmente, os professores entrarem no programa,
1702 ferimos o direito à educação, por exemplo. É uma questão que não sei como
1703 resolver. Mas quero dizer que não ficou claro para mim duas coisas que foram
1704 apresentadas na COP. Uma é que, a rigor, no primeiro semestre em geral, o
1705 comprometimento com o ICMC é menor, aquilo que o governo arrecada no primeiro
1706 semestre, ele é sazonal e tem um comportamento distinto no segundo. No segundo,
1707 apesar da situação econômica, há uma tendência de melhora e não sei se tudo isso
1708 foi considerado na hora de se pensar estas contas apresentadas. Outra coisa é que
1709 quando li esta proposta do índice FIPE, o colega apresentou que seria 2,6% agora
1710 em outubro e outra parte em janeiro. Entendi que seria o seguinte: 5,8% é a inflação
1711 de abril do ano passado até o momento. Desta forma, quando se coloca 2,6%,
1712 significa não repor a inflação deste período, tendo ainda os outros dois pontos
1713 percentuais para completar em janeiro e, neste momento, entraríamos no orçamento
1714 de 2015. Neste sentido, estaremos com um comprometimento de outra ordem.
1715 Portanto, gostaria de um esclarecimento, pois, na verdade, este tipo de proposta
1716 mais confunde do que esclarece. A rigor, entendo que o CRUESP é, sim, o espaço
1717 de negociação - o CRUESP de um lado e o Fórum das Seis de outro - e é na
1718 negociação, na representação legítima dessas instâncias que se estabelece e
1719 chega-se em um acordo, se forem essas as condições chega-se em mais um índice
1720 aqui, que é o judicializado, onde ainda temos o 7,34%, índice que entra na ordem
1721 desta discussão e de como a Universidade se comportará. Defendo que se forem
1722 todos esses índices e diante ao compromisso de recursos deste ano e do orçamento
1723 do ano que vem, penso que o mais prudente seria colocar aquilo que o Fórum das
1724 Seis propõe, 9,78%, como limite superior; e na negociação amanhã, estabelecer
1725 qual deveria ser esse reajuste com o Fórum das Seis acordado com os demais
1726 reitores que fazem parte do CRUESP. Esta é minha opinião. Outra dúvida que deixo:
1727 este índice se forma a partir de quando? A partir de maio, quando foi transferida a
1728 data base? Ou ainda seria a partir de outubro e assim estamos arcando com o ônus
1729 deste período?" **M. Reitor:** "Farei dois esclarecimentos. Primeiro, a previsão de que
1730 a arrecadação do ICMS seria maior no segundo semestre – todos gostaríamos que
1731 fosse – em verdade não aconteceu, foi pior. Foi pior e, além disso, a previsão futura
1732 não é boa, pois ela não depende da nossa vontade, só depende da economia do
1733 país, que sabemos que não vai bem, sem tentar achar o culpado, de forma que não
1734 ocorreu. A segunda questão é a partir de quando. Como disse, levarei a proposta da

1735 COP, não nos esquecendo que maio do ano que vem está muito próximo e
1736 precisaremos fazer nova negociação salarial. Para tanto precisamos ter condições
1737 adequadas e administrar as finanças da Universidade para enfrentar isto.
1738 Finalmente, levarei o índice que foi fixado por este Conselho, não posso nem devo
1739 ter latitude de negociação, preciso ter o nível máximo, é este nível que defenderei e
1740 é só este o valor do qual tratarei na reunião de amanhã.” Ato contínuo, alguns
1741 conselheiros manifestam-se questionando os valores recomendados pela justiça e o
1742 **M. Reitor** esclarece que a justiça nada determinou, pois se tivesse havido uma
1743 manifestação judicial a Universidade deveria cumprir. **Cons. Geraldo Roberto**
1744 **Martins da Costa**: “Realmente o reajuste é a partir de outubro para ser pago em
1745 novembro, 5,2% a partir de janeiro, pois acreditamos que quando se chegar no
1746 reajuste de maio de 2015, o salário estará em um patamar, de tal modo que, ao ser
1747 feito o reajuste de maio – embora reconheçamos que os funcionários deixaram de
1748 receber uma certa parcela – o salário estará em um patamar real em termos de
1749 reajuste fixo, este foi o estudo que fizemos para poder viabilizar um possível
1750 reajuste.” **Cons. Rubens Barbosa de Camargo (questão de ordem)**: “A data base
1751 é de abril de um ano até abril do outro, por isso é paga em maio, quando se propõe
1752 a perspectiva de 5,2% em janeiro, nós acumulamos perdas, gostaria de saber se é
1753 realmente isso.” **M. Reitor**: “Sim professor, é exatamente isso.” **Cons. Rubens**
1754 **Barbosa de Camargo**: “Então agora ficou muito claro para mim, isto que é sugerido
1755 é arroso.” **M. Reitor**: “É exatamente isto que a COP está propondo, lembrando que a
1756 UNICAMP cobriu esta diferença para os seus docentes que aceitaram um abono,
1757 portanto esta diferença perdida foi cumprida pela UNICAMP. A USP, nestes últimos
1758 quatro anos, deu um abono de R\$ 11.500,00 para cada uma das pessoas que
1759 trabalham na Universidade.” **Cons^a. Marcela Silva Carbone**: “Sobre o tema do
1760 reajuste, este foi o estopim da nossa greve que, na verdade, é uma greve que
1761 carrega todo o tema da precarização e da privatização que se expressou e se
1762 concretizou no documento que estamos discutindo nas últimas reuniões. Desta
1763 forma, estamos há 100 dias em greve reivindicando o reajuste salarial. O que
1764 tivemos por parte do Reitor foi que simplesmente ele nos ignorou desde o princípio,
1765 usando esta como sua principal tática para tentar acabar com a greve, para
1766 conseguir não reajustar nada. Apresentou uma série de vezes o 0% e como o
1767 movimento seguiu muito firme – como o Carlos mesmo reforçou, está acontecendo
1768 um ato muito grande na praça do relógio, porque o movimento segue firme – teve de

1769 apresentar uma proposta de reajuste, só que, infelizmente, a proposta que
1770 apresenta aqui é quase que no intuito de fazer chantagem, pois é apresentada junto
1771 ao PIDV, dizendo que só é possível reajustar se tiver o PIDV. Ocorre que, acabamos
1772 de aprovar o PIDV, então se nesta concepção só é possível dar o reajuste com a
1773 aprovação do PIDV, já que este foi aprovado, ao menos que se apresente o maior
1774 reajuste proposto, que é este de 9%. Não só por isso, pois, na minha concepção, já
1775 teria de ser desde o princípio os 9%, porque não sei se alguém já passou por
1776 alguma crise financeira em casa, mas quando vivemos uma crise financeira em
1777 nossas casas, a primeira coisa que temos de cortar é o luxo, nós cortamos os
1778 restaurantes caros, cortamos o luxo e aqui na Universidade, por que esta lógica não
1779 se aplica? Por que não se cortam os supersalários? Por que não se corta as
1780 passagens caríssimas e os hotéis caríssimos? Isto não se corta e isso ninguém fala,
1781 mas o que tem de ser cortado é o arroz e feijão, é aquilo com o qual nos mantemos
1782 vivos, é aquilo que faz a Universidade se manter viva. Desta forma, a proposta de
1783 5%, que é a proposta da inflação, na prática, não apresenta um reajuste salarial,
1784 apenas cobre a inflação. Seguindo a analogia, com o arroz e feijão firme e forte da
1785 nossa Universidade que são os funcionários, que é isto que garante a excelência da
1786 USP, é isto que está em debate: qual o projeto que queremos para a Universidade
1787 de São Paulo. Se queremos que a Universidade de São Paulo siga tendo excelência
1788 ou se queremos que a Universidade de São Paulo comece a ser preconizada,
1789 comece a ser privatizada. O que tenho entendido é que estas propostas que vem
1790 aparecendo com o tema do reajuste não dizem respeito a algo econômico ou algo
1791 técnico, mas sim algo político, que está envolvido com o que se quer da
1792 Universidade, que é sim a privatização, que é sim o atendimento do interesse dos
1793 lucros, do interesse das fundações privadas, que vão na contra mão dos interesses
1794 da população para esta Universidade. Não acho nada engraçado, não sei o porquê
1795 do senhor estar rindo, porque é isso que fez durante toda a nossa greve, riu, deu as
1796 costas, não compareceu nas negociações e agora, o mínimo que poderia fazer,
1797 depois de se aprovar de maneira antidemocrática o PIDV – que é um projeto de
1798 demissão coletiva –, era apresentar um reajuste que seja justo, que seja de 9%, que
1799 é a reivindicação dos trabalhadores. Isto era o mínimo que este espaço, onde a
1800 maioria das pessoas ganham mais de R\$ 26.000,00 – que inclusive o próprio
1801 tribunal de contas já negou o orçamento da USP por causa dos supersalários – as
1802 pessoas que aqui estão que ganham muito dinheiro estão decidindo o futuro dos

1803 trabalhadores, o futuro do salário dos trabalhadores, que não chega nem perto do
1804 salário de cada um deste Conselho. Este era o recado que queria deixar.” **Cons.**
1805 **José Roberto Castilho Piqueira**: “Depois de ter assistido uma aula sobre inflação –
1806 a Escola Politécnica não é uma escola de economia, evidentemente, mas tem um
1807 curso de Engenharia de Produção e na aula um do curso, o professor diz assim:
1808 ‘tudo custa, alguém paga’. Então, não esqueçam, ‘tudo custa alguém paga’, esta é a
1809 primeira coisa que gostaria de lembrar. A segunda coisa é: está se falando de
1810 excelência em universidade e excelência em universidade passa por argumentação
1811 um pouco mais fundamentada, passa por argumentação um pouco mais calma e um
1812 pouco mais respeitosa. Gostaria, também, de dizer que excelência na universidade
1813 passa por boas aulas e por bons alunos. Tivemos, na quinta-feira, uma solenidade
1814 na Escola Politécnica em que os melhores alunos da Escola foram premiados,
1815 receberam prêmios que a sociedade lhes dá. Não tinha Folha de São Paulo ou
1816 Estado de São Paulo lá, não tinha ninguém para bater palmas, a não ser nós
1817 mesmos. De forma que, gostaria de lembrar a todos que, independentemente da
1818 argumentação, excelência de universidade passa por ter aula, excelência de
1819 universidade passa por ter bons professores, bons professores precisam se
1820 internacionalizar, bons professores precisam ter conexões internacionais, precisam
1821 viajar, precisam conhecer outras realidades e, digo mais, precisam desenvolver
1822 pesquisas em conjunto. Estamos passando por um momento seríssimo, em que
1823 alguém tem de abrir mão de alguma coisa. Nós não podemos continuar nesta
1824 situação de que para tudo é não. Vamos fazer tal proposta? Não. Vamos fazer isso?
1825 Não. O que vamos conseguir com todos esses não é levar nossa Universidade, que
1826 é um patrimônio nacional, para o buraco. Digo mais, falamos muito que a USP é
1827 uma Universidade de excelência. É nada! A nossa Universidade não é de padrão
1828 mundial. Estamos muito próximos do padrão mundial, mas não somos de padrão
1829 mundial. Quem acha que essa Universidade é de padrão mundial não conhece
1830 CALTECH, não conhece Politécnico de Milão, não conhece Politécnico de Turim.
1831 Esta Universidade é muito boa para a realidade nacional, mas está muito longe de
1832 ter padrão mundial e ela só vai ter padrão mundial se, realmente, investir em sua
1833 atividade-fim e a sua atividade-fim é aula. Atividade-fim é laboratório, é docente e
1834 aluno na sala de aula. Esta é a única coisa que transforma uma universidade em
1835 uma universidade de excelência. Todo o resto é conversa mole. Então, pensem
1836 bem. Pensem bem no que vocês irão propor. Com relação à COP, conheço muito

1837 bem o Professor Geraldo, sei que se ele trouxe esta proposta é porque estudou, é
1838 porque pensou, ele não tirou esta proposta do nada. Sei que as pessoas da COP
1839 são pessoas que trabalharam. Sei que o Reitor dessa Universidade é uma
1840 personalidade na Medicina mundial e, portanto, esses valores precisam ser
1841 respeitados. Discussões que desrespeitam este valor, jogam a Universidade no
1842 buraco, então, por favor, façam as coisas com calma, sejam ponderados e votem na
1843 escolha que vocês considerarem melhor, mas tratem as pessoas todas com
1844 respeito. Muito obrigado.” **Cons. Bruno Sperb Rocha**: “Eu não poderei deixar de
1845 dialogar com a fala que o Conselheiro acabou de fazer e explicarei o motivo dela ter
1846 me deixado indignado. Antes disso, o Reitor fez uma correção à fala de uma
1847 conselheira que pareceu querer dizer ‘público’ e disse ‘privado’, queria, portanto,
1848 fazer uma correção também, pois parece que houve um ato falho na última fala do
1849 Reitor que disse ‘vou levar amanhã ao CRUESP a proposta da COP’ e me parece
1850 que ainda não votamos nada. Agora, sobre excelência e calma, parece-me que a
1851 excelência da universidade passa, sim, pelos seus recursos humanos, passa, sim,
1852 pela valorização do pessoal e do trabalho que faz essa Universidade funcionar. E
1853 sobre respeito e calma, acredite, não há sombra de comparação entre o tom de voz
1854 de qualquer conselheiro aqui e as medidas que o Reitor toma contra os
1855 trabalhadores em greve. O Reitor também disse em sua última fala que quando a
1856 justiça determina, a Reitoria cumpre, então deixarei para ser respondida depois da
1857 minha fala uma pergunta que é a seguinte – a justiça determinou isso, não é um
1858 parecer nem uma opinião jurídica de ontem para ser cumprida em 48 horas – a
1859 reposição de salários cortados de um mês atrás e o não desconto dos pagamentos a
1860 serem realizados depois de amanhã, a justiça determinou, a reitoria irá cumprir?
1861 Sim, a justiça determinou. O Reitor tem razão quando diz que em relação ao índice
1862 de 7,34%, o Ministério Público do Trabalho apresentou um parecer; agora, sobre o
1863 pagamento, isto foi distribuído e entregarei a informação a quem tem dúvidas, para
1864 que eu possa conduzir a minha fala sem perder mais tempo da mesma. Trata-se de
1865 uma sentença judicial sobre o pagamento em 48 horas, com R\$ 30 mil diários de
1866 multa para a Universidade, caso não se cumpra. Considerando que aqui não se fala
1867 sobre mais verbas para a educação pública, nem de abertura de contas e nós
1868 somos obrigados a confiar, e até confio nas apresentações das tabelas, irei direto ao
1869 ponto. A proposta recomendada pela Comissão de Orçamento e Patrimônio não é
1870 reajuste de acordo com o índice da FIPE, o índice da FIPE é maquiado – não é por

1871 acaso que se propõe a usar ele e não o do DIEESE, que é de 6,78% –, mas mesmo
1872 o índice da FIPE incide sobre doze meses e, como o Reitor disse, estamos quase
1873 em maio do ano que vem. Se eu digo que vou dar o reajuste daqui a doze meses,
1874 não tem reajuste, o reajuste é zero. Se digo que vou dar depois de nove meses,
1875 como é o caso aqui, é evidente que não é o reajuste da FIPE, mas sim um reajuste
1876 para três meses de pagamento, ou seja, um quarto do reajuste da FIPE. Não se
1877 respeita, portanto, sequer esse parecer e ainda não é certeza que é um parecer,
1878 mas creio que sim, é uma calamidade que se chegue ao ponto de o Ministério do
1879 Trabalho ter de oferecer um parecer sobre qual deveria ser o reajuste salarial da
1880 Universidade, que é esse índice de 7,34%. Se mantermos a proposta, nem isso se
1881 respeita, nem isso nem a FIPE, mas se mantemos a proposta dos 9,78% que, isso
1882 sim, consiste na reposição da inflação, que não é de 5,2% é segundo o DIEESE
1883 6,78% mais a reposição de 3% de perdas históricas, que também não significa
1884 aumento salarial, significa reposição de perdas históricas. E é absurdo o argumento
1885 que foi utilizado pelo Reitor de que houve prêmios e bonificações em anos
1886 anteriores. Isto nada tem a ver com o salário, foi a Reitoria - basta de ficar pondo a
1887 culpa nos outros, pois a Reitoria é uma pessoa jurídica - que ofereceu bonificações
1888 para todos os professores e funcionários, em função da excelência dos serviços
1889 prestados e há uma série de documentos da Reitoria dizendo que o trabalho era
1890 responsável pela excelência da Universidade. Assim, querer agora, anos depois,
1891 utilizar-se disso como argumento é absurdo. Uma bonificação que não tem
1892 absolutamente nenhuma relação com o salário, uma bonificação por excelência
1893 como argumento para não fazer o reajuste ou se dizer que se devia tolerar as
1894 perdas de todos esses meses de maio até janeiro, que é o tempo até fazer o
1895 reajuste, é simplesmente absurdo. E deixo o questionamento, sobre o pagamento
1896 dos dias parados que deverá ser feito amanhã.” **Cons^a. Maria Amélia de Campos**
1897 **Oliveira**: “Ontem na reunião da Congregação extraordinária que fizemos,
1898 debatemos uma proposta mais flexível do que os índices apresentados aqui,
1899 semelhante àquela apresentada pelo professor Carlos Martins – considerando que
1900 se trata de uma negociação na qual concordássemos acerca da reposição das
1901 perdas do período de doze meses e que déssemos sim possibilidade desta
1902 negociação ser feita no fórum propício. Contudo, gostaria de um esclarecimento. Se
1903 vamos votar pelo máximo, isso muda radicalmente a posição que trouxe. Vim para
1904 votar de tal modo a trazer a posição da Congregação da Escola de Enfermagem por

1905 um espaço flexível de negociação, mas quando o Reitor diz que é um máximo, isto
1906 me faz escolher a proposta máxima, pois partirá deste valor para valores menores. É
1907 este esclarecimento que gostaria neste momento, a fim de decidir minha votação.”

1908 **M. Reitor**: “Devo dizer, Conselheira, que não esqueça que a proposta não é minha e
1909 não será minha, mas a proposta atende ao Regimento e diz que deve ser do
1910 Conselho Universitário, ouvida a COP. A COP, entendo, já está limitando o máximo,
1911 ela está dizendo que este é o máximo que é possível, tendo em vista que em
1912 janeiro, fevereiro e março vamos começar a colher os benefícios do PIDV. Presume-
1913 se que colheremos os benefícios dos PIDV e, portanto, isto nos dá espaço para,
1914 neste momento, oferecermos, no máximo, este valor. Não é o máximo ideal, é o
1915 máximo possível e, portanto, ao dar o seu voto, deve levar em conta as duas coisas,
1916 o ideal e o possível. Solicitei que a COP apresentasse isto para que todos
1917 entendessem que está sendo dada uma notícia, se quisermos fazer diferente daquilo
1918 que eles estão nos apresentando, provavelmente, teremos que olhar para as
1919 consequências disto do lado do Orçamento.” **Cons^a. Maria Amélia de Campos**


1920 **Oliveira**: “Professor, só mais um esclarecimento, o que nós votaremos? A proposta
1921 da COP contra o quê?” **M. Reitor**: “Sempre neste Conselho se vota o parecer da
1922 Comissão Assessora. Neste caso, votaremos o parecer da COP - sim ou não,
1923 obviamente.” Ato contínuo, diversos conselheiros se manifestam indagando o que
1924 ocorreria caso o ‘não’ fosse vitorioso.” **M. Reitor**: “Caso tenhamos ‘não’, acredito que
1925 teremos de refletir sobre aquilo que se fará amanhã.” **Cons. Laerte Sodré Júnior**:

1926 “Considero muito boa a intervenção de nossa colega da Congregação da
1927 Enfermagem, pois ela me permite, inclusive, esclarecer um ponto levantado pelo
1928 Professor Rubens. Por que estamos propondo o reajuste a partir de outubro e não a
1929 partir de maio, como seria o óbvio? A própria proposta que o IAG havia levado,
1930 colocada em termos de samba, poderia ser dessa forma: ‘devo não nego, pago
1931 quando puder’, porém, fazendo diversas simulações, verificamos que só esta
1932 proposta era factível com o aumento a partir de outubro. Não propusemos a partir de
1933 outubro por alguma maldade intrínseca aos membros da Comissão, foi em função
1934 das mesmas simulações que foram exibidas e que motivaram a nossa análise.
1935 Contudo, gostaria de adicionar alguns pontos. Mesmo essa nossa análise é baseada
1936 em uma visão de projeções baseadas no Banco Central, que são altamente incertas,
1937 então nada garante, mesmo tomando estas decisões que tomamos agora, que o céu
1938 vai ficar límpido no futuro. Digo isto em função da própria proposta que havia

1939 apresentado antes, no caso aquela do ‘pago quando puder’, porque evidentemente
1940 que a COP não pode assinar um cheque que não seremos capazes de pagar no
1941 futuro. Por outro lado, tenho certeza que meus colegas da COP concordam comigo
1942 de que isto, logicamente, não é o melhor, porém é o que é possível – contudo, nada
1943 impede que a Universidade, entrando em um processo de recuperação, reveja estas
1944 posições –, pois percebem que o Titanic está afundando e nesta situação,
1945 precisamos primeiro estabilizá-lo para então decidir com propriedade o que se fazer.
1946 Esta proposta visa estabilizar a situação financeira da USP de modo aproximado,
1947 pois pode ser que sejam necessários mais ajustes futuramente – estou sendo
1948 bastante claro para que todos tenham ciência da informação. No entanto, da mesma
1949 forma que eventuais ajustes podem ser necessários futuramente, recuperações
1950 como esta – pois estamos perdendo neste momento – podem ser possíveis também.
1951 É uma questão de escala de tempo e os colegas precisam levar isto em
1952 consideração. A proposta da COP é, em nosso entendimento, realista frente ao
1953 cenário que temos hoje e não podemos garantir nem de um lado nem de outro, mas
1954 é o que é possível fazer e, também considero que esta proposta deixa material nas
1955 mãos do Reitor, para que ele possa negociar com os colegas das outras
1956 Universidades, por exemplo. Neste sentido, em termos da COP, apoiar uma
1957 proposta do Fórum das Seis, ou mesmo qualquer outra fora daquela que
1958 apresentamos, implicaria em um encargo financeiro para a Universidade que viola
1959 todas as nossas condições de trabalho, que de nosso ponto de vista são lógicas. É
1960 evidente que diversas coisas são discutíveis, contudo, para qualquer pessoa
1961 sensata, isso não é muito discutível.” **Cons. Bruno Sperb Rocha (questão de**
1962 **ordem)**: “Estou me adiantando, mas peço, por questão de ordem, que se
1963 encaminhe, se não as dezenove propostas, pelo menos os cinco conjuntos de
1964 propostas feitas pela COP, pois se for encaminhado somente ‘sim’ ou ‘não’ em
1965 relação à COP, temos um problema, afinal o ‘não’ para a COP significaria
1966 exatamente o quê? Significa os 9,78% que foi sustentado por diversos conselheiros
1967 ou significa 0%?” **M. Reitor**: “Significa que não há proposta aprovada e quanto ao
1968 encaminhamento, reforço que farei no momento adequado.” **Cons. Joaquim José**
1969 **Martins Guilhoto**: “Como a FIPE foi mencionada, gostaria de dizer que a FIPE é
1970 uma instituição com quarenta anos de existência. O índice de custo de vida da FIPE
1971 é feito perante os melhores padrões estatísticos e técnicos possíveis, existe
1972 constante atualização de ponderação do índice de custo da FIPE por uma pesquisa

1973 de orçamento familiar contínua. Existe uma coleta de preços mensal, como todos já
1974 sabem, e é um índice altamente confiável. Um índice que representa muito bem a
1975 estrutura de custo de vida de São Paulo. Muito obrigado.” **M. Reitor:** “Colocarei o
1976 tópico em votação e farei a leitura de um trecho de nosso Regimento: ‘o Conselho
1977 somente deliberará sobre matéria de pauta devidamente instruída com informações
1978 e pareceres’. Desta forma, aquilo que colocarei em votação é, como sempre se fez
1979 neste Conselho desde sua existência, o parecer da Comissão, neste caso, a COP.
1980 Não vamos trabalhar sobre hipótese, o que acontecerá se ela for aprovada é que o
1981 Reitor levará esta proposta amanhã. Se for rejeitada, veremos o que será feito. Devo
1982 alertar também, antes da votação, que não se movimentem para a saída
1983 imediatamente após o resultado, pois é indispensável – me alerta o professor Vahan
1984 – que tivéssemos desde este momento a indicação de três membros do Conselho
1985 Universitário, de preferência três diretores, para compor a Comissão que vai elaborar
1986 os documentos para a implantação do PIDV. Isto implicará em elaborar os
1987 documentos e, finalmente, o edital. E como eles precisam começar a trabalhar, seria
1988 muito bom que esta indicação fosse feita neste momento, contudo, primeiro faremos
1989 a votação e, na sequência, o encaminhamento.” Diversos conselheiros se
1990 manifestam em desacordo, de modo que, devido a questão de ordem, o conselheiro
1991 Carlos Eduardo Garisto de Nicola solicita a palavra. **Cons. Carlos Eduardo Garisto**
1992 **de Nicola (questão de ordem):** “Percebemos que está ocorrendo a mesma coisa
1993 que aconteceu no Conselho Universitário passado, que consiste em fazermos toda
1994 uma discussão acerca do expediente para o Reitor decidir de ultima hora e da
1995 maneira que bem entende. É um absurdo ficarmos discutindo acerca das pautas, se
1996 agora votaremos ‘sim’ ou ‘não’ sobre o parecer da Comissão, que não é um parecer
1997 nosso. Se sair ‘não’ a este parecer, ele irá decidir como ele bem entende. Isto é
1998 muito antidemocrático e peço que os senhores conselheiros se manifestem em
1999 relação a isso, não escutando isto calado, não sei se é demais pedir isto, mas peço
2000 um pouco de seriedade política.” **M. Reitor:** “Muito bom, o Reitor continuará
2001 encaminhando segundo é tradição neste Conselho e colocará em votação o parecer
2002 da COP. As propostas foram examinadas pela COP, que apresentou o seu parecer
2003 e este será votado. Colocaremos em votação, como sempre foi feito neste Conselho
2004 Universitário. O parecer da COP está em votação. Os que estiverem favoráveis
2005 votarão ‘sim’, os que estiverem contrários votarão ‘não’ e aqueles que não quiserem
2006 votar ou acharem que tem dúvidas, que votem pela abstenção.” Ato contínuo, o

2007 Conselheiro Bruno Sperb Rocha manifesta publicamente sua abstenção enfatizando
2008 que sua proposta não foi contemplada, sendo esta registrada pelo Secretário Geral.
2009 Ato contínuo, o **M. Reitor** passa à votação. **Votação:** Pelo painel eletrônico obtém-
2010 se o seguinte resultado: Sim= 75 (setenta e cinco) votos; Não = 15 (quinze);
2011 Abstenções= 2 (dois); Total de votantes = 92 (noventa e dois). Aprovada a proposta
2012 de reajuste encaminhada pela COP. Ato seguinte, o **M. Reitor** solicita aos
2013 conselheiros a indicação de três diretores para compor a Comissão encarregada dos
2014 documentos ligados ao PIDV. **Cons. José Antonio Visintin:** “Gostaria de indicar o
2015 professor Enrico Ortolani.” **Cons. Luiz Fernando Pegoraro:** “Gostaria de indicar o
2016 professor Tucci.” **Cons. Carlos José Caetano Bacha:** “Gostaria de indicar o
2017 professor Caixeta.” Ato contínuo, o **M. Reitor** questiona se mais algum conselheiro
2018 gostaria de indicar outro membro e, não havendo outras indicações, anuncia que
2019 estes professores participarão da Comissão que contará ainda com outros três
2020 membros da Administração. Na sequência o **M. Reitor** reforça que a missão desta
2021 Comissão será elaborar documentos pertinentes ao PIDV e que a mesma poderá
2022 consultar o Conselho Universitário caso considere necessário. Feitas estas
2023 considerações o **M. Reitor** passa a palavra para a Conselheira Neli Maria
2024 Paschoarelli Wada. **Cons^a Neli Maria Paschoarelli Wada:** “Gostaria de comunicar
2025 que hoje eu e mais três companheiros do HRAC, mais uma companheira do HU e
2026 diversos movimentos sociais estivemos em reunião com o Secretário da Saúde do
2027 Estado de São Paulo, para discutirmos a desvinculação dos Hospitais Universitários.
2028 Saímos de lá com nova reunião marcada e vamos esperar o resultado destas
2029 reuniões, mas algo que me chamou a atenção é que quando falamos que ocorreu a
2030 aprovação no Conselho Universitário sobre a desvinculação do Centrinho, o
2031 Secretário deu risada e perguntou se alguém havia consultado se ele tinha interesse
2032 no Centrinho e – para minha surpresa e muito orgulhosa – escutei ele reafirmando
2033 que o Centrinho é patrimônio da humanidade e que dificilmente as pessoas irão
2034 ‘colocar as mãos no Centrinho’. Este é meu informe. Continuaremos a luta contra a
2035 desvinculação do Centrinho para que ele não morra. E dissemos claramente ao
2036 Secretário que nós, trabalhadores do Centrinho, damos a ele – inclusive
2037 empacotado em papel de presente e laço – o ‘Centrão’, o prédio grande. Se ele
2038 quiser levar o prédio grande que leve e faça o investimento e faça dele o que quiser,
2039 mas que ele não tire o Centrinho da Universidade de São Paulo.” Ato contínuo, não
2040 havendo mais inscrições o **M. Reitor** anuncia que a seção está encerrada. Nada

2041 mais havendo a tratar, o Senhor Presidente dá por encerrada a reunião, às 18h50.
2042 Do que, para constar, eu, , Prof. Dr. Ignácio Maria Poveda
2043 Velasco, Secretário Geral, lavrei e solicitei que fosse digitada esta Ata, que será
2044 examinada pelos Senhores Conselheiros presentes à sessão em que for discutida e
2045 aprovada, e por mim assinada. São Paulo, 09 de setembro de 2014.